

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 16

CORREIO SUL FLUMINENSE - VOLTA REDONDA - RJ - RIO DE JANEIRO  
ANFIP

Audidores debatem futuro da Previdência ..... 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ANFIP

Arrecadação - APOSENTADOS ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Polêmica ronda incentivos fiscais ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Euforia com PIB exige cautela, diz Dom Cabral ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo trabalha para ter mercado de carbono em 2025 ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp vai investir em renda fixa do exterior ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma tributária não é para setores. É para o país", diz Robson Andrade ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não é sobre pagar menos imposto, é sobre simplificar o sistema e desenvolver o país, diz Robson Andrade ..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O sapateiro e a política: o setor de serviços na reforma tributária - WAGNER PARENTE ..... 17

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR CNI  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para CNI, nunca houve cenário tão propício à reforma tributária ..... 19

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR CNI  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma é equação na qual todos os brasileiros ganham ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretários de Fazenda vão analisar relatório da reforma ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Carga aumentará, diz setor de serviços ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

No Senado, escolha do relator está indefinida ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ocaso Índia e o risco da reforma meia-boca - BRUNO CARAZZA ..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundos da reforma tributária têm de ter prazo determinado (Editorial) ..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto sobre múltiplos precisa melhorar (Artigo) ..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que se chegará a um consenso sobre a reforma tributária até o fim desta semana  
..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

MPs põem à prova a base governista ..... 34

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: veja os principais pontos da proposta do relator ..... 36

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária lista pelo menos três entraves ao texto ..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contra crise global, BC dos BCs pede menos gasto ou mais tributo ..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Poupança tem fuga com Selic elevada ..... 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Governo e BC discutem meta de inflação em reunião decisiva para política de juro ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O PIB de 2023 deve surpreender positivamente (Artigo) ..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O barulho e as exceções à regra - HENRIQUE MEIRELLES ..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Queda do dólar no primeiro semestre deste ano é a maior desde 2016 ..... 48

# Audidores debatem futuro da Previdência

O equilíbrio atuarial dos sistemas que mantêm as aposentadorias dos servidores é matéria que interessa a todos os contribuintes, especialmente aos auditores fiscais do estado. O sindicato da categoria, integrando um coletivo de entidades classistas dos fiscos estadual, municipal e federal, bem como do funcionalismo em geral, realiza nesta segunda (26), com o apoio da Comissão de Servidores da Alerj, o seminário Regimes Próprios de **Previdência Social** - Desafios e Perspectivas.

Dentre os temas abordados, estará o das opções de aposentadoria após a Emenda Constitucional nº 103/2019. É uma oportunidade para todos manifestarem suas preocupações relativas ao assunto de tirarem essas dúvidas diretamente com a representação do RioPrevidência, que participará do encontro.

O evento (que terá portas abertas, não havendo necessidade de prévia inscrição) será realizado no Rio, no auditório da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)**, na Rua da Quitanda, nº 30/12º andar (próximo ao metrô, VLT e barcas).

**Site:**

**<https://flip.correiosulfluminense.com.br/edicao/impressa/1031/26-06-2023.html>**

# Arrecadação - APOSENTADOS

**EMÍDIO REBELO FILHO**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com certeza absoluta, não terá dificuldade financeira para corrigir, efetivamente, os proventos das aposentadorias e pensões do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

A arrecadação que se faz na conta **Seguridade Social**, disponibilizada em Orçamento Próprio é a garantia. Portanto, alegações infundadas de que a **Previdência Social** é deficitária e insustentável não têm qualquer fundamento. As análises anuais, emitidas e divulgadas amplamente pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)** e Fundação **Anfip**, demonstram, com nitidez, que os valores arrecadados são suficientes e suprem adequadamente os dispêndios previdenciários.

**Site:** [https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp\\_site/issue-b169d7b30a88fb8253e941e06b517c0b.pdf](https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-b169d7b30a88fb8253e941e06b517c0b.pdf)

# Polêmica ronda incentivos fiscais

**Edla Lula**

Na contramão da discussão nacional por uma política fiscal sustentável e socialmente justa, o Congresso Nacional está prestes a renovar os benefícios oferecidos a empresas pelas superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). Os atuais incentivos fiscais têm prazo para expirar em dezembro deste ano, mas o projeto de lei do deputado Júlio César (PSD-PI), aprovado na Câmara, em maio, e em discussão no Senado, permite a prorrogação por mais cinco anos, dos incentivos criados em 1963.

Estudo inédito a ser lançado, amanhã, pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), mostra que os incentivos feitos até agora beneficiaram apenas empresas que atuam nos setores de mineração, energia e petróleo, reforçando "o padrão de exploração de recursos naturais concentrados nas regiões Norte e Nordeste, em especial na Amazônia brasileira". O levantamento aponta ainda como "questionáveis" os efeitos econômicos e sociais dos programas e denuncia os seus impactos ambientais.

Ancorado por dados recentes da **Receita Federal** que, pela primeira vez, revelou os valores bilionários de isenções fiscais concedidas pelas superintendências às empresas, o documento diz que somente empresas com padrão de exploração foram beneficiadas pelos incentivos. "Os novos números da **Receita Federal** evidenciam que, somente no ano de 2021, os incentivos concedidos por Sudam e Sudene alcançaram R\$ 42,38 bilhões. Apenas cinco empresas receberam R\$ 22 bilhões em incentivos, 51,9% do total concedido naquele ano. Todas as companhias beneficiárias atuam nos setores de mineração, energia e petróleo, desnudando o quanto esses privilégios fiscais reforçam o padrão de exploração de recursos naturais concentrados nas regiões Norte e Nordeste, em especial na Amazônia brasileira", diz o texto.

O maior benefício foi concedido à mineradora Vale S.A, que obteve R\$ 18 bilhões de incentivos em 2021, os quais estão associadas às operações de extração de minério de ferro em Carajás, no Pará.

De acordo com a assessora política do Inesc Alessandra Cardoso, autora do estudo, em todos esses anos, não houve uma "avaliação qualificada" para demonstrar os efeitos positivos dos benefícios, como geração de empregos ou melhorias para a população. Segundo ela, a maior gravidade, está no

fato de os incentivos estarem, na verdade, privilegiando as empresas. "Por explorar o minério de ferro e ter quase um monopólio, estando na Amazônia, a Vale ganha duas vezes porque consegue o acesso às reservas e tem os benefícios tributários", afirma a economista.

A pesquisadora pondera que "qualquer análise sobre o efeito desses incentivos, deveria olhar para essas empresas e perguntar se estão ali pelos benefícios ou porque ali estão os recursos que elas precisam explorar". De acordo com ela, no atual formato, os incentivos não fazem sentido, porque acabam pressionando a arrecadação da União e prejudicando a execução de políticas públicas para beneficiar empresas que estão explorando recursos naturais, "com muitos impactos ambientais e sociais, sem que isso se reverta em benefício para a região do ponto de vista do emprego ou do ponto de vista social".

## Sugestão

O estudo do Inesc não sugere a extinção das superintendências, mas uma modernização dos seus princípios e a criação de condicionalidades que guardem sintonia com as exigências da nova economia. A ideia é que novas estruturas privilegiem atividades econômicas compatíveis com os tempos atuais, em linha com os compromissos do Brasil no Acordo do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU).

"Não estamos dizendo que se deve destruir as superintendências, mas tem que haver uma reestruturação, uma reorientação dessa política, que é do século passado e que produziu muitos impactos, muita violência, muito desmatamento, ataques aos direitos territoriais e que se possa pensar uma nova estrutura, uma nova política de incentivos para a região", destaca a pesquisadora.

"O que se defende é que sejam refundadas as bases e as instituições que estão olhando para a Amazônia nessa perspectiva, na linha da sociobiodiversidade e bioeconomia, com uma nova construção de todas essas políticas, estratégias e instrumentos", acrescenta.

A pesquisadora lembra que o papel dos incentivos fiscais para o desenvolvimento seria o de induzir investimentos privados para a expansão, diversificação e modernização da estrutura produtiva regional. O sentido é que essa mudança na estrutura

produtiva proporcione a redução das desigualdades regionais, setoriais e sociais. No entanto, segundo Alessandra, os dados analisados mostram que em 60 anos de existência das superintendências, esse objetivo não foi alcançado. Ela conta que a única avaliação pública sobre os projetos da Sudam cobre o período de 2007 a 2014 e consta de relatório divulgado em 2016. Ainda assim, as informações inseridas, sobre emprego, por exemplo, têm como base estimativas feitas pelas próprias empresas que apresentaram os projetos e não em dados efetivos.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/26/all.pdf>**

# Euforia com PIB exige cautela, diz Dom Cabral

A sensação de certa "euforia" com a atividade brasileira no curto prazo exige cautela ao se analisar os fundamentos econômicos, domésticos e externos, e políticos, dizem professores da Fundação Dom Cabral (FDC) ao Valor.

"Tem uma sensação de que parece que o Brasil entrou no paraíso novamente", afirma Paulo Paiva, professor associado da fundação.

Mencionando a evolução do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil de 2019 a 2023, no entanto, Paiva diz não haver uma mudança "muito profunda" na atividade que leve a imaginar mudanças de patamar.

"Nesse período, temos o impacto da pandemia, que empurrou o **PIB** para baixo. Depois, ele subiu e continua, mais ou menos, nos mesmos níveis de 2022 até agora", afirma o professor, destacando como exceção o "extraordinário crescimento" da agropecuária no primeiro trimestre deste ano. "Mas o desempenho do agro é sazonal."

Sem a contribuição da agropecuária, nota Paiva, o crescimento observado de 1,9% do **PIB** no primeiro trimestre, na comparação com o período anterior, teria sido ao redor de 0,5%.

Na estimativa anualizada, o **PIB** cresceu 3,3% entre janeiro e março deste ano, ante o acumulado anterior de quatro trimestres. "Está em torno de 3%, que é o que a economia cresceu no último ano do governo Bolsonaro e está crescendo neste ano. Não é um padrão ruim para a tradição do Brasil nas últimas décadas, mas não é resultado também da mudança de governo", afirma Paiva.

Ele diverge de outros economistas que veem na melhora recente do mercado de trabalho efeitos da reforma trabalhista de 2017. "A reforma pode ajudar a melhorar a eficiência no mercado de trabalho, mas não o volume de emprego. Volume é resultado de crescimento econômico", afirma.

Fora o desempenho do agro, porém, a atividade brasileira tem se sustentado na expansão dos serviços, em que os empregos são marcados pela informalidade e pela baixa produtividade, diz Paiva.

Sem ajustes do lado fiscal e aumento da

produtividade, o crescimento de longo prazo do Brasil "continuará pífio, volátil e não sustentável", afirma o professor. "No curto prazo, estamos até melhor do que no passado, mas isso não é sustentável."

Se houver surpresas em relação à atividade, elas não devem voltar a ser positivas, na avaliação de Paiva. "A surpresa será negativa. O agronegócio não se repete, tem um ciclo. A experiência do setor de serviços e da indústria é de manter o crescimento entre 2% e 3%, que é o que já estamos vendo", afirma.

Do cenário externo, também não deve chegar nenhum vento favorável à economia brasileira no restante do ano, diz Carlos Primo Braga, também professor associado da FDC. Ele alerta que "2023 não é 2003".

"Se olharmos o que está acontecendo lá fora, o crescimento vai cair de 3,3% em 2022 para 2,7% neste ano. A desaceleração é particularmente visível na Europa, mas também nos Estados Unidos. A curva dos T-bills [títulos de dívida de curto prazo do governo dos EUA] de três meses mostra taxas acima de 5%, enquanto a das Tnotes [títulos de dívida de médio prazo dos EUA] de dez anos pagam 3%. Todas as oito últimas recessões desde 1968 foram sempre precedidas por inversões significativas da curva de juros, e essa é uma das mais dramáticas da história", nota.

Braga pondera que um ponto a ser observado é o comportamento da China, onde o desempenho "claudicante" da economia já levou o governo a agir, anunciando recentemente um corte marginal de algumas taxas de juros. "É um sinal de que o governo quer agir, particularmente de olho no desemprego dos mais jovens, que está em 20,8%, uma questão que começa a criar uma tensão política grande. No entanto, ainda existem muitos desequilíbrios no setor imobiliário, responsável por 30% do **PIB**", ressalta.

Nas duas últimas décadas, nota, a simples notícia de estímulos econômicos na China era suficiente para fazer subir o preço de commodities industriais como o minério de ferro, beneficiando as exportações brasileiras. Essa relação direta, no entanto, se enfraqueceu recentemente, segundo Braga.

Esse quadro fica ainda mais preocupante quando se constata que o governo Lula está próximo de esgotar o

"pacote de bondades" pensado para o começo da gestão e, na área econômica, também não deu sinais sobre a agenda depois da **reforma tributária**, diz o professor associado da FDC e colunista do Valor, Bruno Carazza.

Ele pondera que, diferentemente do que tradicionalmente ocorre em inícios de governo, o petista não começou seu novo mandato com medidas impopulares, visando arrumar a casa. Ao contrário - e por imposição de uma eleição que dividiu o país e que flertou com a radicalização, como visto no 8 de janeiro, diz -, foi necessário acelerar entregas populares e que ajudassem a estabilizar o clima político no país.

"Só que, olhando para as entregas deste início de ano, me parece que o ciclo propiciado pela PEC da Transição está chegando ao fim", afirma, em referência à atualização do Bolsa Família, à valorização do salário mínimo, ao programa para dívidas Desenrola e outras medidas que mais parecem um "retrofit" de políticas antigas das gestões petistas, como Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos e Farmácia Popular.

"Não vejo o governo com muitas ideias novas-nas reuniões ministeriais, dá para ver que o estoque de "coelhos na cartola" está meio esgotado. Além disso, existe essa dificuldade grande de se equilibrar entre a base de esquerda e o Congresso muito conservador. Decretos progressistas podem ter fatura pesada diante de um Congresso com esse perfil", diz Carazza.

Em relação à pauta econômica, Carazza avalia que preocupa a falta de uma agenda para depois da **reforma tributária**, principalmente porque vem acompanhada de sinais preocupantes do cenário fiscal. Para além do novo arcabouço, que considera "pouco ambicioso", ele dá como exemplos a facilidade com que "novos velhos" programas de incentivo, como à indústria automobilística, se impuseram.

"Outro ponto preocupante-e este a gente pode colocar inteiro na conta do [ministro Fernando] Haddad - é a Fazenda ter cedido à pressão e implementado um "bônus de eficiência" para os servidores da **Receita Federal**, o que deve custar R\$ 2,5 bilhões por ano e que já começa a gerar uma corrida de outras categorias com forte influência para conseguir o mesmo", diz Carazza. "Foi um sinal ruim dado por Haddad."

Para Paiva, a recriação do Ministério da Gestão foi um erro do atual governo. "A gestão de pessoal passou a ser subordinada ao Planejamento lá atrás, no governo do Fernando Henrique Cardoso. Isso era positivo, porque o Planejamento é quem pensa o Orçamento, olha se tem espaço para aumento salarial. Com o

desmembramento, sendo esse um governo de esquerda, acredito que a tendência para aumento de gastos será maior", diz, ressaltando que o problema fiscal em relação à máquina pública não é a quantidade de servidores, mas as altas remunerações, especialmente no Legislativo e Judiciário.

Carazza ressalta que diante desse quadro difícil é que será colocado em teste o arcabouço fiscal, que prevê zerar o déficit primário em 2024. "Um crescimento maior ajuda, mas não resolve. A gente sabe também que esse **PIB** que surpreendeu no primeiro trimestre não impulsiona a arrecadação, porque veio de um setor que é pouco tributado [a agricultura]. Já a indústria, que contribui mais, está caindo novamente."

Curto prazo exige cautela ao se analisar os fundamentos econômicos

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE  
Euforia com **PIB** exige cautela, diz Dom Cabral

#### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187585?page=1&section=1>

# Governo trabalha para ter mercado de carbono em 2025

O governo trabalha para que o mercado regulado de carbono no Brasil-uma das prioridades dentro do chamado "Plano de Transição Ecológica", previsto para ser lançado em agosto - entre em funcionamento a partir de 2025, apurou o Valor. Ou seja, na segunda metade do governo Lula começaria a obrigação para as empresas reguladas de reduzir ou compensar as suas emissões de dióxido de carbono.

O prazo será necessário por três motivos: primeiro, porque precisa ser aprovado no Congresso um projeto de lei criando e regulamentando esse mercado. Depois, haverá um conjunto de atos infra legais detalhando a operacionalização desse mercado. Por último, haverá uma transição de um ano para que as empresas possam se adaptar às regras que serão estabelecidas.

No momento, o governo está na primeira fase. Uma minuta de projeto de lei ficou pronta, mas agora passa pela avaliação jurídica dos ministérios envolvidos, em especial da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e do Meio Ambiente.

Segundo apurou o Valor, estão sendo finalizados aspectos tributários envolvidos aos títulos de carbono. Por exemplo, como será feita a tributação. Outra discussão é o tratamento contábil, ou seja, se os créditos serão considerados ativos intangíveis ou mobiliários, o que interfere no apetite dos bancos pelo mercado, devido às regras de Basileia.

A **Receita Federal** tem participado dessas discussões.

Também está sendo finalizado pelo governo como será feita a transação dos créditos. Apesar de o martelo ainda não ter sido batido, o Valor apurou que a tendência é que a B3 fique com esse trabalho, pois já atua com Créditos de Descarbonização (CBios), que fazem parte da política do Renova Bio (Política Nacional de Biocombustíveis).

Depois de concluído, o projeto de lei poderá ser enviado ao Congresso ou apresentado como substitutivo a textos em tramitação. Essa será uma decisão política, ainda não tomada. O objetivo é aprovar o projeto até novembro, antes da COP28, em Dubai.

Em linhas gerais, a ideia do governo é que sejam

reguladas as instalações que emitam acima de 25 mil toneladas de dióxido de carbono por ano, o que incluirá, principalmente, grandes indústrias (o agronegócio deve ficar fora, com exceção dos frigoríficos). Serão essas empresas que terão de reduzir ou compensar suas emissões. Instalações que emitam entre 10 mil toneladas e 25 mil toneladas por ano terão de prestar informações para que o governo possa fazer o acompanhamento das emissões, mas não terão a obrigação de reduzir.

A regulação será feita no modelo de "cap-and-trade". Por esse formato, haverá uma autoridade competente, que definirá um limite máximo de emissões de gases de efeito estufa para as instalações reguladas. A distribuição será feita em formato de cotas.

As empresas que emitirem menos do que as suas cotas poderão vender no mercado regulado a quantidade economizada.

Quem superar a cota estipulada deverá fazer a compensação, que pode ser uma mudança no seu processo industrial para emitir menos dióxido de carbono ou compra de crédito no mercado regulado ou voluntário.

As regras para essa operacionalização do mercado, inclusive os limites de emissão por instalação, serão feitas de maneira infra legal. Técnicos do governo entendem que é preciso que haja uma flexibilidade, o que não seria possível colocando em lei.

Além da autoridade competente - que poderá ser uma nova agência reguladora ou um órgão já existente -, haverá um Conselho Interministerial de Mudanças Climáticas, que ficará responsável pela gestão do mercado de carbono. Será esse conselho quem vai definir as metas globais de redução.

A ideia é que o conselho funcione num modelo semelhante ao adotado atualmente com o Conselho Nacional de Política Energética (CPNE), com o programa RenovaBio. O CNPE define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, enquanto uma agência reguladora, no caso a ANP, desdobra as metas às empresas reguladas, no caso as distribuidoras, considerando a participação de cada

um no mercado.

Após a conclusão da parte infra legal, fontes que acompanham a discussão afirmam que haverá o prazo de um ano para adaptação das empresas reguladas. Por isso, o planejamento do governo é que a obrigação de compensar ou reduzir a emissão de dióxido de carbono por parte das empresas reguladas entre em vigor a partir de 2025.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1&section=1)**

# Funpresp vai investir em renda fixa do exterior

**Edna Simão De Brasília**

Em continuidade à sua estratégia de diversificação da carteira, a Fundação de **Previdência Complementar** do Serviço Público (Funpresp) vai começar a investir, nas próximas semanas, em renda fixa do exterior. A decisão foi tomada, no dia 20, pela diretoria-executiva do fundo.

Inicialmente, a ideia é investir em BDR (Brazilian Depositary Receipts) e ETF (fundo de índice negociado em bolsa) que tenham títulos do Tesouro americano.

A medida está em linha com o plano de investimentos do fundo, que visa elevar a participação em ativos no exterior de 1,9% em 2022 para 4,2%, no período de 2023 a 2027. Outra prioridade para 2023 é passar a aplicar em ouro e chegar à marca de 1,3% até 2027.

"Da mesma forma que aproveitamos muito bem as altas taxas pagas pelos títulos públicos brasileiros no último ano e meio, queremos aproveitar este momento bastante favorável para entrada nos títulos públicos americanos, com taxa de juros alta por lá e real valorizado", disse o diretor-presidente, Cristiano Heckert. "Devemos fazer os primeiros aportes nas próximas semanas, de acordo com as oportunidades do mercado." O aumento dos investimentos em renda fixa no exterior e ouro acontecerá com a redução de participação em ativos como títulos públicos, que passaria de 79,1% em 2022 para 77,5% entre 2023 e 2027. Em 2022, com a alta de juros, o fundo priorizou investimentos em títulos públicos, o que ajudou na rentabilidade da Funpresp.

Criada há dez anos, a Funpresp tem como objetivo atenuar o elevado déficit do regime de previdência dos **servidores públicos**, dando sustentabilidade ao sistema no longo prazo.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585>

# "Reforma tributária não é para setores. É para o país", diz Robson Andrade

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, considera que nunca houve momento e cenário mais propícios para a aprovação da **reforma tributária** pelo Congresso Nacional. O dirigente participou do Seminário **Reforma Tributária**: a hora é agora, promovido pela CNI, em parceria com a Esfera Brasil.

"Não estamos olhando setores específicos e não estamos lutando para pagar menos **impostos**. Estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil", afirmou Andrade. Segundo ele, o setor produtivo espera a reforma há 30 anos e ela é condição para abertura de empregos e melhoria da qualidade de vida da população.

Para o presidente da CNI, a **reforma tributária** é uma condição para que o país volte a crescer e a gerar empregos. "Queremos que o povo brasileiro pague menos imposto ou que pague um imposto justo. Temos que ter um sistema tributário simples e eficiente. Quem vai sair beneficiado com isso é a população brasileira", enfatizou.

O evento, realizado na sede da CNI, em Brasília, também reuniu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; os presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente; além de parlamentares e empresários.

O ministro Fernando Haddad criticou o atual modelo tributário do país e afirmou que não se pode ter medo de avançar na votação da reforma. Ele alertou que o sucesso do novo arcabouço fiscal está condicionado à aprovação da **reforma tributária**.

"Sem a **reforma tributária** fica muito mais difícil gerenciar a regra fiscal. Hoje, 40% do custo do sistema judiciário é litígio tributário, por exemplo. Nem o fisco nem o contribuinte aguentam mais. A **reforma tributária** é um pressuposto para o equilíbrio fiscal", alertou.

Haddad acrescentou que a criação de um fundo de desenvolvimento regional não será empecilho para o avanço da reforma.

Segundo ele, o tema está sendo negociado e será colocado no momento certo. "Se nós tivermos que

criar um fundo de desenvolvimento regional para garantir a reforma, ele, evidentemente, se paga, porque há tantas inconsistências no nosso sistema, que haverá um crescimento econômico mínimo para a economia brasileira".

Votação em julho

Pregando um discurso de consenso em relação à celeridade e a importância da votação da **reforma tributária**, Arthur Lira demonstrou confiança quanto à votação da matéria no Plenário da Câmara na primeira semana de julho. Ele disse trabalhar por uma **reforma tributária** possível, pois não há, segundo Lira, como contemplar demandas de cada categoria, embora seja necessário dar atenção a algumas especificidades de setores como saúde e educação, por exemplo.

"Vamos precisar de uma conjunção de esforços muito grande. Nesse momento, não podemos por um detalhe ou outro, por uma percepção de uma vontade pessoal de um setor em detrimento de outro, abrir mão de uma discussão clara de um sistema que venha a dar ao Brasil uma condição de ter um crescimento mais adequado", disse o presidente da Câmara.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que há entendimento de que a matéria está pronta para ser votada. "De tão madura, está na hora de [a **reforma tributária**] ser apanhada no pé", destacou. "Chegou mesmo o momento.

Não há contra-argumentos para dizer que não é hora de votar. Acredito muito na sua aprovação porque acredito no bom senso e no compromisso público dos parlamentares em torno de um tema que é sensível para a vida nacional. E houve já um entendimento", discursou Pacheco.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

"Nunca estivemos numa situação tão privilegiada para fazer essa **reforma tributária**. Independentemente dos diversos setores que discutem às vezes algum privilégio, acho que a discussão que temos que ter é sobre aquilo que é melhor para o país. Não estamos olhando setores específicos e não estamos lutando para pagar menos **impostos**. Nós estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil. O país precisa mudar,

precisamos incentivar o desenvolvimento através de novos investimentos e de um crescimento econômico que privilegie as pessoas.

Precisamos gerar emprego, renda e desenvolvimento."

FERNANDO HADDAD

"A gente não tem que ter medo. A gente tem que ter medo de não dar esse passo, porque isso vai comprometer o futuro do Brasil. Se a gente não der esse passo vai ser um grande erro, sobretudo porque não há mais tempo. O Brasil detém um dos piores sistemas tributários do mundo e não dá mais nem para governantes nem para contribuintes contarem com o sistema atual. Está inviável. Chamar de sistema o nosso sistema tributário é um elogio, ele não tem nada de sistemático. Ele está atrapalhando a vida do empresário e dos governantes.

Você não tem segurança jurídica do quanto vai arrecadar e de quanto tem que pagar."

RODRIGO PACHECO

"Todos reconhecemos a necessidade absoluta de uma reforma tributária.

Todos que se sentarem à mesa para discuti-la têm que ter a compreensão de que há um interesse público muito maior que o individual e corporativo. Se mais de 170 países do mundo adotam esse modelo, não há minimamente razão para pensarmos algo diferente para o Brasil.

Chegou mesmo o momento.

Não há contra-argumentos para dizer que não é hora de votar.

Acredito muito na sua aprovação porque acredito no bom senso e no compromisso público dos parlamentares em torno de um tema que é sensível para a vida nacional."

ARTHUR LIRA

"Se todos estamos focados de que o país precisa de uma reforma, nós não podemos fazer a reforma do umbigo individual, de cada setor, de cada categoria. Todo mundo tem uma reforma tributária ideal na cabeça, mas o nosso objetivo é fazer uma reforça possível, que simplifique, desburocratize e absolutamente traga segurança jurídica e, para isso, vamos fazer todos os esforços para que essas convergências já cheguem no Plenário da Câmara com o apoio ostensivo da indústria, da parte federativa e desses setores que são absolutamente muito

representativos eleitoralmente no Plenário e na sociedade brasileira."

AGUINALDO RIBEIRO

"Quando a gente adotar o IVA, o consumidor vai saber quanto paga de imposto e exercer a cidadania. Hoje, no Brasil, o consumidor não sabe quanto paga de imposto e eu tenho aprendido que muitos empresários também não sabem. É um sistema tão caótico e tão complexo. Visitei uma empresa que, somente no ano passado, aplicou 3,6 mil novas normas sobre cinco impostos. A empresa precisa ter um departamento só para atualizar as normas, pagar o imposto, pensar que a etapa está concluída, mas ainda corre o risco de ser atuada.

Tem gente que diz: 'vai votar assim, de supetão, de repente?' Não. Esse é um debate de 35 anos"

BERNARD APPY

"O projeto é do Parlamento, mas o governo apoia. O desafio que foi colocado é que, para a grande maioria das empresas, a única exigência para apurar o tributo seja emitir a nota eletrônica na venda. Pronto e acabou. É uma mudança absolutamente radical para quem conhece a bagunça que é o sistema tributário atual.

O efeito é muito mais positivo para a economia do que o sistema atual. Quando se incorpora o crescimento trazido pela Reforma na equação chega-se à conclusão que todos ganham. Todos os setores da economia e todos os entes da Federação"

ARMANDO MONTEIRO

"Ao adotar o conceito de crédito amplo, nós resolvemos o problema do resíduo tributário, a tributação oculta. Nas exportações, nós carregamos um sobrepeso de 7,4% desse resíduo que não conseguimos limpar. Com o IVA, não existirá essa tributação oculta nem nas exportações nem nos investimentos. O Brasil tem a mais perversa das tributações que é tributar os investimentos, que é algo burro. Nós temos que estimular investimentos.

O produto derivado do investimento que deve ter tributado"

REGINALDO LOPES

"É uma reforma estruturante para o País, para o setor produtivo e para a economia brasileira.

É uma reforma do Estado, suprapartidária, não é ideológica.

Ninguém está inventando nada, o Brasil já inventou demais no sistema tributário, por isso, estamos propondo uma reforma de padrão internacional, de cobrar o imposto só no valor adicionado.

Com certeza dará competitividade à economia brasileiro e às empresas nacionais, porque temos perdido para os importados, mas também dará ao país a possibilidade de voltar a ser um exportador de valor agregado"

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Reforma prevê modelo tributário de padrão mundial

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/26/all.pdf>

# Não é sobre pagar menos imposto, é sobre simplificar o sistema e desenvolver o país, diz Robson Andrade

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, considera que nunca houve momento e cenário mais propícios para a aprovação de uma **reforma tributária** pelo Congresso Nacional. O dirigente participou do Seminário **Reforma Tributária: A Hora e Agora**, promovido pela CNI em parceria com a Esfera Brasil. "Não estamos olhando setores específicos e não estamos lutando para pagar menos **impostos**. Estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil", afirmou Andrade. Segundo ele. O setor produtivo espera a reforma há 30 anos e ela é condição para abertura de empregos e melhoria da qualidade devida da população.

O evento, realizado na sede da CNI em Brasília, reuniu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, além de parlamentares e empresários.

Para o presidente da CNI, a **reforma tributária** é uma condição para que o país volte a crescer e a gerar empregos. "Queremos que o povo brasileiro pague menos imposto ou que pague um imposto justo. Temos que ter um sistema tributário simples e eficiente. Quem vai sair beneficiado com isso é a população brasileira", enfatizou.

O ministro Fernando Haddad criticou o atual modelo tributário do país e afirmou que não se pode ter medo de avançar na votação da reforma. Ele alertou que o sucesso do novo arcabouço fiscal está condicionado à aprovação da **reforma tributária**. "Sem a **reforma tributária** fica muito mais difícil gerenciara regra fiscal. Hoje, 40% do custo do sistema judiciário é litígio tributário, por exemplo. Nem o Fisco, nem o contribuinte aguentam mais. A **reforma tributária** é um pressuposto para o equilíbrio fiscal", alertou.

Haddad acrescentou que a criação de um fundo de desenvolvimento regional não será empecilho para o avanço da reforma. Segundo ele. O tema está sendo negociado e será colocado no momento certo. "Se nós tivermos que criar um fundo de desenvolvimento regional para garantir a reforma, ele, evidentemente, se paga, porque há tantas inconsistências no nosso

sistema que haverá um crescimento econômico mínimo para a economia brasileira."

## VOTAÇÃO EM JULHO

Pregando um discurso de consenso em relação à celeridade e à importância da votação da **reforma tributária**, Arthur Lira demonstrou confiança quanto à votação da matéria no plenário da Câmara na primeira semana de julho. Ele disse trabalhar por uma **reforma tributária** possível, pois não há, segundo Lira, como contemplar demandas de cada categoria, embora seja necessário dar atenção a algumas especificidades de setores como saúde e educação, por exemplo.

"Vamos precisar de uma conjunção de esforços muito grande. Nesse momento, não podemos por um detalhe ou outro. por uma percepção de uma vontade pessoal de um setor em detrimento de outro, abrir mão de uma discussão clara de um sistema que venha a dar ao Brasil uma condição de ter um crescimento mais adequado", disse o presidente da Câmara.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que há entendimento de que a matéria está pronta para ser votada. "De tão madura, está na hora de (a **reforma tributária**) ser apanhada no pé", destacou. "Chegou mesmo o momento. Não há contra-argumentos para dizer que não é hora de votar. Acredito muito na sua aprovação porque acredito 110 bom senso e no compromisso público dos parlamentares em torno de um tema que é sensível para a vida nacional. E houve já um entendimento". discursou Pacheco.

"Nunca estivemos numa situação tão privilegiada para fazer essa **reforma tributária**. Independentemente dos diversos setores que discutem às vezes algum privilégio, acho que a discussão que temos que ter é sobre aquilo que é melhor para o país. Não estamos olhando setores específicos e não estamos lutando para pagar menos **impostos**. Nós estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil. O país precisa mudar, precisamos incentivar o desenvolvimento através de novos investimentos e de um crescimento econômico que privilegie as pessoas. Precisamos gerar emprego,

renda e desenvolvimento." Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

"A gente não tem que ter medo. A gente tem que ter medo de não dar esse passo, porque isso vai comprometer o futuro do Brasil. Se a gente não der esse passo vai ser um grande erro, sobretudo porque não há mais tempo. O Brasil detém um dos piores sistemas tributários do mundo, e não dá mais nem para governantes, nem para contribuintes contarem com o sistema atual. Está inviável. Chamar de sistema o nosso sistema tributário é um elogio, ele não tem nada de sistemático. Ele está atrapalhando a vida do empresário e dos governantes. Você não tem segurança jurídica do quanto vai arrecadar e de quanto tem que pagar." Fernando Haddad, ministro da Fazenda

"Todos reconhecemos a necessidade absoluta de uma **reforma tributária**. Todos que se sentarem à mesa para discuti-la têm que ter a compreensão de que há um interesse público muito maior que o individual e corporativo. Se mais de 170 países do mundo adotam esse modelo, não há minimamente razão para pensarmos algo diferente para o Brasil. Chegou mesmo o momento. Não há contra-argumentos para dizer que não é hora de votar.

Acredito muito na sua aprovação porque acredito no bom senso e no compromisso público dos parlamentares em torno de um tema que é sensível para a vida nacional." Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal

"Se todos estamos focados que o país precisa de uma reforma, nós não podemos fazer a reforma do umbigo individual, de cada setor, década categoria. Todo mundo tem uma **reforma tributária** ideal na cabeça, mas o nosso objetivo é fazer uma reforma possível, que simplifique, desburocratize e absolutamente traga segurança jurídica. Para isso, vamos fazer todos os esforços para que essas convergências já cheguem ao plenário da Câmara com o apoio ostensivo da indústria, da parte federativa e desses setores que são absolutamente muito representativos eleitoralmente no plenário e na sociedade brasileira." Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados

"Quando a gente adotar o IVA, o consumidor vai saber quanto paga de imposto e exercer a cidadania. Hoje, no Brasil, o consumidor não sabe quanto paga de imposto e eu tenho aprendido que muitos empresários também não sabem. É um sistema tão caótico e tão complexo. Visitei uma empresa que, somente no ano passado, aplicou 3,6 mil novas normas sobre cinco **impostos**. A empresa precisa ter um departamento só para atualizar as normas, pagar o imposto, pensar que a etapa está concluída, mas ainda corre o risco de ser

autuada. Tem gente que diz: "vai votar assim, de supetão, de repente?" Não. Esse é um debate de 35 anos." Deputado Aguinaldo Ribeiro, relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados

"O projeto é do Parlamento, mas o governo apoia. O desafio que foi colocado é que, para a grande maioria das empresas, a única exigência para apurar o tributo seja emitir a nota eletrônica na venda. Pronto e acabou. É uma mudança absolutamente radical para quem conhece a bagunça que é o sistema tributário atual. O efeito é muito mais positivo para a economia do que o sistema atual. Quando se incorpora o crescimento trazido pela Reforma na equação chega-se à conclusão de que todos ganham. Todos os setores da economia e todos os entes da Federação." Bernard Appy, secretário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda

"Ao adotar o conceito de crédito amplo, nós resolvemos o problema do resíduo tributário, a tributação oculta. Nas exportações, nós carregamos um sobrepeso de 7,4% desse resíduo que não conseguimos limpar. Com o IVA, não existirá essa tributação oculta nem nas exportações, nem nos investimentos. O Brasil tem a mais perversa das tributações que é tributar os investimentos, que é algo burro. Nós temos que estimular investimentos. O produto derivado do investimento que deve ser tributado." Armando Monteiro, ex-ministro e conselheiro da CNI

"É uma reforma estruturante para o país, para o setor produtivo, para a economia brasileira.

É uma reforma do Estado, suprapartidária, não é ideológica. Ninguém está inventando nada, o Brasil já inventou demais no sistema tributário, por isso, estamos propondo uma reforma de padrão internacional, de cobrar o imposto só no valor adicionado. Com certeza dará competitividade à economia brasileira e às empresas nacionais, porque temos perdido para os importados, mas também dará ao país a possibilidade de voltar a ser um exportador de valor agregado." Deputado Reginaldo Lopes, presidente do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária**

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50319>

# O sapateiro e a política: o setor de serviços na reforma tributária - WAGNER PARENTE

## WAGNER PARENTE

Por vezes, o noticiário político parece longe demais da realidade da população em geral. O acompanhamento de Brasília fica quase no campo das curiosidades. No entanto, existem boas razões para entender que as matérias discutidas no Congresso Nacional influenciarão diretamente a vida das pessoas. A reforma tributária é um caso extremo.

A mudança na forma como o brasileiro paga imposto importa não só para grandes empresários e setores organizados, que possuem condições de legitimamente defenderem seus interesses, mas também para todos os milhares de médios, pequenos e microempresários, que são a base da economia brasileira, em especial no setor de serviços.

Nesse setor da economia estão salões de beleza, restaurantes, consultorias de todo tipo, sapateiros, dentistas, mecânicos e pintores. Para se ter uma ideia da relevância desse setor, 60% dos empregos gerados no Brasil e mais de 75% do Produto Interno Bruto vêm do setor terciário da economia.

Existe grande probabilidade de que o leitor deste texto seja empregado ou empregador no setor desses serviços.

Justamente, a tributação sobre os serviços será profundamente alterada segundo o texto do relatório da reforma tributária aprovada na semana passada.

O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) prevê a junção de cinco **impostos** em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual (com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços federal - CBS, e um Imposto sobre Bens e Serviços subnacional - IBS)

O IBS, que vai substituir os velhos conhecidos ICMS e ISS, terá alíquotas reduzidas pela metade para transporte público, educação, saúde, higiene pessoal, alimentos, agronegócios e atividades artísticas. Para todos os outros, a alíquota, ainda a ser definida, deve ficar em torno dos 25%.

Além da alíquota, existe uma mudança significativa em

quem arca com os **tributos**: hoje quem contrata os serviços paga os **impostos**, com a reforma o responsável pelo pagamento será o prestador de serviços. Esse prestador poderá ser creditado do imposto pago (aqueles 25% citados anteriormente), desde que o seu cliente seja uma empresa.

É aqui que está o problema: boa parte dos prestadores de serviço trabalham diretamente com o consumidor final, pessoa física. São as costureiras, o limpador de piscinas e correlatos que vão pagar os 25% e não vão conseguir se creditar do valor pago.

Segundo o texto, de 2029 a 2032, o IBS começaria a entrar em vigor na mesma proporção que o ICMS e o ISS seriam reduzidos. O novo sistema seria plenamente posto em vigor em 2033.

Pelo cronograma proposto pelo presidente Arthur Lira (PP-AL), o texto do relatório poderá ser votado na Câmara dos Deputados entre os dias 3 e 7 de julho, ou seja, antes do recesso legislativo. Depois, o texto segue para o Senado. Por se tratar de uma alteração na Constituição, é necessário a aprovação de três quintos em ambas as casas legislativas, em dois turnos de votações. Há boas chances de haver uma aprovação já no início do segundo semestre deste ano.

É difícil prever o impacto dessas alterações para esses prestadores de serviços. No agregado da economia, talvez até ocorra mesmo um aumento da demanda e que haja espaço para algum repasse, mas não houve nenhum estudo específico apresentado durante as discussões na Câmara dos Deputados.

Também é válido o argumento de que não faz muito sentido a divisão artificial entre mercadorias e serviços para fins de tributação, que por sinal só existe no Brasil. Além disso, como a tributação de serviços é mais baixa e mais consumida por classes mais altas, por isso haveria um incentivo para a manutenção da desigualdade.

Tudo isso pode ser verdade, mas será mesmo razoável que um sapateiro arque com os 25% sem possibilidade de se creditar? A verdade é que a

política está mais perto do que a maioria imagina.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/06/2023/p1>**

# Para CNI, nunca houve cenário tão propício à reforma tributária

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, considera que nunca houve momento e cenário mais propícios para a aprovação da **reforma tributária** pelo Congresso Nacional. O dirigente participou do seminário "**Reforma Tributária: A hora é agora**", promovido pela CNI, em parceria com a Esfera Brasil.

- Não estamos olhando setores específicos e não estamos lutando para pagar menos **impostos**.

Estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil - afirmou Andrade.

Segundo ele, o setor produtivo espera a reforma há 30 anos e ela é condição para abertura de empregos e melhoria da qualidade de vida da população.

O evento, realizado na sede da CNI em Brasília, reuniu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; além de parlamentares e empresários.

Para o presidente da CNI, a **reforma tributária** é uma condição para que o país volte a crescer e a gerar empregos.

- Queremos que o povo brasileiro pague menos imposto ou que pague um imposto justo. Temos que ter um sistema tributário simples e eficiente. Quem vai sair beneficiado com isso é a população brasileira - enfatizou.

O ministro Fernando Haddad criticou o atual modelo tributário do país e afirmou que não se pode ter medo de avançar na votação da reforma. Ele alertou que o sucesso do novo arcabouço fiscal está condicionado à aprovação da **reforma tributária**.

- Sem a **reforma tributária** fica muito mais difícil gerenciar a regra fiscal.

Hoje, 40% do custo do sistema judiciário é litígio tributário, por exemplo.

Nem o fisco nem o contribuinte aguentam mais. A **reforma tributária** é um pressuposto para o equilíbrio fiscal - alertou.

Haddad acrescentou que a criação de um fundo de desenvolvimento regional não será empecilho para o avanço da reforma. Segundo ele, o tema está sendo negociado e será colocado no momento certo.

- Se nós tivermos que criar um fundo de desenvolvimento regional para garantir a reforma, ele, evidentemente, se paga, porque há tantas inconsistências no nosso sistema, que haverá um crescimento econômico mínimo para a economia brasileira.

**VOTAÇÃO EM JULHO** Pregando um discurso de consenso em relação à celeridade e a importância da votação da **reforma tributária**, Arthur Lira demonstrou confiança quanto à votação da matéria no Plenário da Câmara na primeira semana de julho. Ele disse trabalhar por uma **reforma tributária** possível, pois não há, segundo Lira, como contemplar demandas de cada categoria, embora seja necessário dar atenção a algumas especificidades de setores como saúde e educação, por exemplo.

- Vamos precisar de uma conjunção de esforços muito grande. Nesse momento, não podemos por um detalhe ou outro, por uma percepção de uma vontade pessoal de um setor em detrimento de outro, abrir mão de uma discussão clara de um sistema que venha a dar ao Brasil uma condição de ter um crescimento mais adequado - disse o presidente da Câmara.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que há entendimento de que a matéria está pronta para ser votada.

-De tão madura, está na hora de (a **reforma tributária**) ser apanhada no pé.

Chegou mesmo o momento.

Não há contra-argumentos para dizer que não é hora de votar. Acredito muito na sua aprovação porque acredito no bom senso e no compromisso público dos parlamentares em torno de um tema que é sensível para a vida nacional. E houve já um entendimento - discursou Pacheco.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE Presidente da CNI

"Nunca estivemos numa situação tão privilegiada para

fazer essa **reforma tributária**. Independentemente dos diversos setores que discutem às vezes algum privilégio, acho que a discussão que temos que ter é sobre aquilo que é melhor para o país. Não estamos olhando setores específicos e não estamos lutando para pagar menos **impostos**. Nós estamos lutando por uma simplificação tributária e pelo desenvolvimento do Brasil. O país precisa mudar, precisamos incentivar o desenvolvimento através de novos investimentos e de um crescimento econômico que privilegie as pessoas.

Precisamos gerar emprego, renda e desenvolvimento."

FERNANDO HADDAD Ministro da Fazenda

"A gente não tem que ter medo.

A gente tem que ter medo de não dar esse passo, porque isso vai comprometer o futuro do Brasil. Se a gente não der esse passo vai ser um grande erro, sobretudo porque não há mais tempo. O Brasil detém um dos piores sistemas tributários do mundo, e não dá mais nem para governantes nem para contribuintes contarem com o sistema atual. Está inviável. Chamar de sistema o nosso sistema tributário é um elogio, ele não tem nada de sistemático. Ele está atrapalhando a vida do empresário e dos governantes. Você não tem segurança jurídica do quanto vai arrecadar e de quanto tem que pagar."

RODRIGO PACHECO Presidente do Senado Federal

"Todos reconhecemos a necessidade absoluta de uma **reforma tributária**. Todos que se sentarem à mesa para discuti-la têm que ter a compreensão de que há um interesse público muito maior que o individual e corporativo. Se mais de 170 países do mundo adotam esse modelo não há minimamente razão para pensarmos algo diferente para o Brasil. Chegou mesmo o momento. Não há contra-argumentos para dizer que não é hora de votar.

Acredito muito na sua aprovação porque acredito no bom senso e no compromisso público dos parlamentares em torno de um tema que é sensível para a vida nacional."

ARTHUR LIRA Presidente da Câmara dos Deputados

"Se todos estamos focados de que o país precisa de uma reforma nós não podemos fazer a reforma do umbigo individual, de cada setor, de cada categoria. Todo mundo tem uma **reforma tributária** ideal na cabeça, mas o nosso objetivo é fazer uma reforça possível, que simplifique, desburocratize e absolutamente traga segurança jurídica e, para isso, vamos fazer todos os esforços para que essas

convergências já cheguem no Plenário da Câmara com o apoio ostensivo da indústria, da parte federativa e desses setores que são absolutamente muito representativos eleitoralmente no Plenário e na sociedade brasileira."

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

Para CNI, nunca houve cenário tão propício à **reforma tributária**

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma é equação na qual todos os brasileiros ganham

"Ninguém sabe quanto paga de imposto no Brasil, estamos exaustos desse sistema tributário", disse o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) no início do debate sobre tema, na quarta-feira (21), na CNI em Brasília.

O atual sistema tributário do Brasil é responsável pelo baixo crescimento econômico, limita a oferta de emprego e da renda, aumenta as diferenças regionais, além de tornar as exportações brasileiras e os investimentos muito mais caros no país.

O sentimento de exaustão é disseminado e a fala teve o apoio dos demais participantes: o presidente do Grupo de Trabalho da Reforma, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG); o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy; e o do conselheiro da CNI Armando Monteiro.

Para a reforma avançar, na avaliação dos especialistas, é preciso espírito público e compromisso com o país.

- A gente chama de reforma, mas estamos construindo um novo modelo tributário de padrão mundial.

A transição vai servir para minimizar os efeitos que, em tese, poderiam ter nos preços relativos. Eu ainda escuto: "deixa como está", mas eu acho que isso é egoísmo, é negar às futuras gerações um país mais competitivo - explicou Ribeiro.

**PADRÃO INTERNACIONAL** De acordo com o economista Bernard Appy, a **reforma tributária** dará ao Brasil um sistema de tributação do consumo com as ampla de incidência, sobre bens materiais, imateriais e serviços, pegando toda forma de atividade econômica.

Na nova economia, a diferença entre bens e serviços está cada vez menos clara - destacou Appy.

**MODELO IVA** Conselheiro da CNI, o ex-senador Armando Monteiro afirmou que há consenso da convergência do Brasil para o modelo IVA, bastante difundido internacionalmente, mas frisou a importância ficar melhores características do mundo. O modelo em debate prevê a criação de dois **Impostos** sobre Valor Agregado (IVA) divididos entre: um nacional, que vai

substituir o PIS e a Confins; e outro subnacional no lugar do imposto estadual, ICMS, e do municipal, ISS.

Além disso, o sistema terá praticamente uma legislação única, ao contrário das milhares de regras, normas e leis espalhadas pelo país.

Somente o ISS tem 5.568 leis municipais.

-O modelo IVA tem base atenta para que o relatório da **Reforma Tributária** não desfigure o novo sistema, voltado para a competitividade.

Armando Monteiro pediu atenção para a necessidade de um mecanismo de arrecadação centralizada, que garanta a restituição dos créditos. Dados de 2013 apontam que, à época, havia pelo menos R\$ 88,7 bilhões em créditos devidos às empresas e não pagos.

"São valores importantes, que entram como custo para as empresas, sem um mecanismo centralizado para arrecadar e devolver o crédito devido. Vamos frustrar as expectativas de não cumulatividade", explica o conselheiro da CNI.

Para Armando Monteiro, é importante também limitar o imposto seletivo às hipóteses que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) já contempla. "Se ampliarmos a extensão do Imposto Seletivo, alcançando insumos do próprio setor produtivo (combustível, por exemplo), estamos trazendo a cumulatividade de volta, à medida que esse imposto é monofásico e não gera crédito", afirma.

Outra preocupação do setor produtivo é a multiplicidade de alíquotas. Armando Monteiro diz entender que o trânsito político exige concessões, no entanto, é importante limitar as concessões. O deputado Reginaldo Lopes concorda.

Ele adiantou que o GT fará como o restante do mundo, com regimes especiais para segmentos como saúde, educação, transporte e alguns itens da cesta básica.

**DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO** Relator da **reforma tributária**

"Quando a gente adotar o IVA, o consumidor vai saber quanto paga de imposto e exercer a cidadania. Hoje, no Brasil, o consumidor não sabe quanto paga de

imposto e eu tenho aprendido que muitos empresários também não sabem. É um sistema tão caótico e tão complexo. Visitei uma empresa que, somente no ano passado, aplicou 3,6 mil novas normas sobre cinco **impostos**.

A empresa precisa ter um departamento só para atualizar as normas, pagar o imposto, pensar que a etapa está concluída, mas ainda corre o risco de ser autuada. Tem gente que diz: `vai votar assim, de supetão, de repente?` Não.

Esse é um debate de 35 anos."

**BERNARD APPY**, Secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda

"O projeto é do Parlamento, mas o governo apoia. O desafio que foi colocado é que, para a grande maioria das empresas, a única exigência para apurar o tributo seja emitir a nota eletrônica na venda. Pronto e acabou. É uma mudança absolutamente radical para quem conhece a bagunça que é o sistema tributário atual. O efeito é muito mais positivo para a economia do que sistema atual. Quando se incorpora o crescimento trazido pela Reforma na equação chega-se à conclusão que todos ganham.

Todos os setores da economia e todos os entes da Federação."

**ARMANDO MONTEIRO** conselheiro da CN

"Ao adotar o conceito de crédito amplo, nós resolvemos o problema do resíduo tributário, que é a tributação oculta. Nas exportações, nós carregamos um sobrepeso de 7,4% desse resíduo que não conseguimos limpar. Com o IVA, não existirá mais essa tributação oculta, nem nas exportações, nem nos investimentos. O Brasil tem a mais perversa das tributações, que é a tributação sobre os investimentos, é isso é algo burro. Nós devemos sempre estimular os investimentos.

O produto derivado do investimento é que deve ter tributado."

**DEPUTADO REGINALDO LOPES** presidente do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária**

"É uma reforma estruturante para o País, para o setor produtivo, para a economia brasileira. É uma reforma do Estado, suprapartidária, não é ideológica.

Ninguém está inventando nada, o Brasil já inventou demais no sistema tributário, por isso, estamos propondo uma reforma de padrão internacional, de cobrar o imposto só no valor adicionado. Com certeza

dará competitividade à economia brasileiro e às empresas nacionais, porque temos perdido para os importados, mas também dará ao país a possibilidade de voltar a ser um exportador de valor agregado."

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

Reforma é equação na qual todos os brasileiros ganham

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Secretários de Fazenda vão analisar relatório da reforma

Os secretários estaduais de Fazenda vão se reunir nesta segunda-feira (26) para analisar o texto da **reforma tributária** apresentado na semana passada pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). "Vamos fazer uma análise crítica com base nas premissas que defendemos, e com as divergências", disse ao Valor o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier. Posteriormente, pretendem dialogar com o relator.

Algumas propostas de mudança foram elaboradas pelos Estados, mas não houve tempo para Aguinaldo e sua equipe avaliá-las, explicou Xavier. Ele espera que seja possível avançar em alguns pontos para "chegar em julho com mais consenso em relação à aprovação da **reforma tributária**".

Na quinta-feira, quando foi apresentada nova versão da proposta de **reforma tributária**, ficou evidente a divergência entre Estados e União quanto ao valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). A União se propôs a colocar R\$ 40 bilhões, mas os Estados querem R\$ 75 bilhões.

Esse é um ponto que será objeto de negociação nos próximos dias. Além do valor, não há ac ordo entre os Estados quanto ao critério de divisão dos recursos. Na última quarta-feira, o Comsefaz se reuniu e aprovou por maioria a proposta de se utilizar como referência o Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita, de forma a beneficiar mais as unidades mais pobres.

"Mas os Estados que perderam a votação se colocaram contra", disse Xavier. Os Estados mais populosos querem que o número de habitantes também seja levado em consideração. "A gente não conseguiu caminhar para um acordo até o momento, mas nada impede que governadores e deputados achem um caminho", disse.

Diante da delicadeza do tema, a proposta do Comsefaz é que o critério escolhido seja colocado na Constituição.

Não há entendimento também quanto ao Conselho Federativo, que a proposta de **reforma tributária** quer criar para gerir as receitas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), resultado da fusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é

dos Estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que é dos municípios. A arrecadação e a distribuição das receitas seriam centralizadas nesse conselho.

Dez Estados, São Paulo e Pará entre eles, se colocaram contra esse mecanismo. Os paulistas propuseram um mecanismo diferente, que seria uma espécie de câmara de compensação. Para Xavier, é preciso avaliar se a alternativa é tecnicamente viável e segura.

O conselho é um ponto basilar da proposta do governo, que foi preservado no texto de Aguinaldo. "O modelo centralizado é o que viabiliza a reforma", disse Xavier. "Inclusive do ponto de vista da participação dos municípios."

O Conselho Federativo tem sido criticado por alguns especialistas por atentar contra a autonomia dos Estados e dos municípios. Para os defensores do mecanismo, não existe essa afronta porque haverá representação equilibrada dos entes federados no colegiado.

Os Estados propuseram também encurtar de 60 anos para 26 anos o prazo no qual a tributação do consumo deixará de ser feita na origem (onde o produto é fabrica-

do) para o destino (onde é consumido). Para tanto, propuseram fortalecer o mecanismo de "seguro-receita", que deixaria de receber 3% das receitas do IBS para receber 5% das receitas. Segundo Xavier, essa proposta foi votada por ampla maioria e não causou desconforto nos Estados produtores.

Para os negociadores da **reforma tributária**, as próximas duas semanas serão marcadas pela intensificação dos debates entre Estados e também entre setores da economia em relação à **reforma tributária**.

Do ponto de vista das empresas, as reações mais intensas partem do setor de serviços e de setores que não querem o fim da isenção tributária sobre produtos da cesta básica.

As entidades do setor de comércio defendem que todas as empresas do setor de serviços recebam tratamento diferenciado, e não apenas alguns

segmentos, como educação e saúde. Essa ideia encontra resistência do governo. Empresas do setor de serviços que estão no meio de cadeias de produção sairão ganhando com a reforma, e não terão aumento de carga, alegam os técnicos.

Os alimentos in natura terão tratamento tributário diferenciado e pagarão 50% da alíquota básica do IBS, que ainda será fixada. As simulações feitas pela área econômica indicam que, dessa forma, a carga tributária ficará semelhante à que já incide hoje sobre os alimentos, de forma residual.

A preocupação da equipe econômica, agora, é o risco de serem incorporadas novas exceções à alíquota básica dos novos **tributos**. Não será surpresa se houver pressões nessa direção. No entanto, avalia-se, Aguinaldo tem feito bem o papel de limitar os tratamentos especiais.

"Vamos fazer uma análise com base no que defendemos" Carlos Xavier

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1&section=1)**

# Carga aumentará, diz setor de serviços

Representantes do setor de serviços dizem que a **reforma tributária** sobre consumo, conforme substitutivo apresentado pelo deputado relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), aumentará a carga de vários de seus segmentos. A redução de alíquota de 50% para atividades de educação e saúde não alivia o aumento da carga de **tributos** do setor como um todo, afirmam entidades. Elas defendem uma reforma que seja neutra para o setor.

Segundo estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o texto do substitutivo pode trazer aumento de carga acima de 170% em atividades do setor de serviços e mais de 40% no comércio.

Fabio Bentes, economista da entidade, diz que a CNC não é contra a aglutinação do ICMS e do ISS em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de caráter nacional ou subnacional, mas quer uma reforma com neutralidade de carga por setores (serviços, comércio e indústria). Estudos da entidade, diz, mostram que no modelo em discussão a neutralidade seria mantida com uma alíquota de IVA de 11% para todo o setor de serviços e, para o comércio, abaixo de 20%.

O governo defende neutralidade tributária na reforma dos **impostos** sobre consumo, mas de forma agregada, com redistribuição da carga atual entre os setores da indústria, comércio e serviços. Segundo Bentes, não há estudos que demonstrem que serviços tenha hoje carga menor que os demais. Estudos sobre os impactos econômicos de uma reforma como IVA têm considerado uma alíquota geral de 25%.

Para Bentes, o modelo proposto também pode prejudicar as empresas do Simples Nacional. Embora o regime seja preservado, diz, essas empresas podem ser afetadas pois a compra de produtos e serviços fornecidos por elas não poderá gerar crédito tributário na etapa seguinte.

Outra questão, diz, é em relação ao cashback, mecanismo que, segundo ele, "não é a forma mais eficiente de conferir progressividade ao sistema". Para ele, isso pode ser feito via tributação na renda ou com instrumentos já usados, como a isenção da cesta básica e a tributação de bens e serviços consumidos pelas rendas mais altas.

A FecomercioSP diz que alíquotas diferenciadas para atividades como saúde e educação não são suficientes para minorar os efeitos nocivos da reforma

no setor de serviços como um todo. A entidade defende tratamento diferenciado estendido para os demais segmentos que integram o setor.

Sarina Manata, assessora técnica da FecomercioSP, diz que há preocupação também em relação à criação de um conselho federativo para gerir o IVA subnacional. Embora o substitutivo indique a participação de Estados, Distrito Federal e municípios nas decisões do conselho, ela questiona como seria garantida a representatividade das mais de 5 mil prefeituras.

A FecomercioSP, diz, defende uma reforma sobre consumo que reduza ou ao menos mantenha a carga atual do setor de serviços. "Reconhecemos que o sistema atual é ruim, mas não necessariamente precisamos de uma reforma tão ampla." Para ela, o caminho seria primeiramente uma uniformização, via legislação nacional, das regras do ICMS e do ISS, visando à simplificação. No futuro, isso evoluiria para um IVA.

O Ministério da Fazenda faz ressalvas ao estudo da CNC. Em nota, afirmou que só poderá se pronunciar definitivamente após avaliar metodologicamente o trabalho. "Mas, desde já, sinaliza que considera os resultados aparentemente inconsistentes uma vez que outros estudos que buscam avaliar o impacto da **Reforma Tributária**, de forma geral sobre a economia, indicam um aumento de 7 a 12 milhões de empregos com a aprovação da Reforma, em um horizonte de 10 a 15 anos. Cabe ressaltar que o Simples será mantido, sem nenhuma alteração, e não terá aumento de carga tributária, como dá a entender o estudo", diz.

Ribeiro tem citado a manutenção do regime favorecido do Simples ao argumentar que a reforma não prejudicará o setor de serviços. "Se considerarmos em número de empresas, temos 90% das empresas atendidas no Simples Nacional", disse na semana passada, antes da divulgação do estudo. "Em relação a serviços de saúde e educação, colocamos na alíquota reduzida." (com Larissa Garcia e Marcelo Ribeiro, de Brasília)

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1&section=1>

# No Senado, escolha do relator está indefinida

A tramitação da **reforma tributária** no Senado ainda é uma incógnita. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não sinalizou para quem pretende entregar a relatoria da matéria. Segundo parlamentares ouvidos pelo Valor, a demora na apresentação de um texto pelo relator na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), impediu que os senadores se debruçassem sobre o tema, o que só deve acontecer após o recesso parlamentar.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), criou um grupo de estudos da **reforma tributária** e designou como relator o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB). O senador é visto pelos colegas como um parlamentar capacitado para encaminhar a matéria na Casa, mas não goza do mesmo prestígio no governo. Fontes do Ministério da Fazenda afirmaram ao Valor que consideram Efraim "independente demais" para assumir a relatoria da **reforma tributária**.

Interlocutores de Pacheco confirmam que ele ainda não tem um nome a quem entregar a matéria no Senado. A dificuldade para encontrar um quadro em seu grupo político para relatar a proposta fez o presidente da Casa ter uma linha direta com Aguinaldo Ribeiro para fazer suas ponderações sobre o tema. Além de Efraim, senadores que acompanham o assunto com mais afinco, como Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), Laércio Oliveira (PP-SE) e Rogério Marinho (PL-RN), não fazem parte da base do governo.

Apesar dos obstáculos, lideranças acreditam que no segundo semestre o ambiente pode ser favorável para a aprovação da proposta, uma vez que a economia pode estar com sinais de crescimento e o possível aumento na arrecadação diminuiria resistências. Mesmo com o cenário econômico favorável, senadores governistas alertam que o debate deverá ser amplo e que não se trata de "jogo jogado".

"Todo mundo é a favor da **reforma tributária**, mas ninguém sabe dizer porquê é a favor. Porque não sabemos quem vai se beneficiar e quem vai perder com a mudança", disse um senador da base, em condição de anonimato. "Não é porque é um projeto do governo que vamos votar a toque de caixa. O tema é complexo", complementou.

A íntegra da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma foi apresentada na quinta-feira por Ribeiro. O texto prevê, entre outros pontos, três tipos

de alíquota para o novo Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1&section=1>

# Ocaso Índia e o risco da reforma meia-boca - BRUNO CARAZZA

Há praticamente quatro anos, no dia 5 de agosto de 2019, neste mesmo espaço, escrevi que o Brasil tinha uma oportunidade única para simplificar e tornar mais eficiente nosso caótico sistema tributário, após a apresentação das PECs 110 e 45. E para mostrar que a missão não era impossível, citei o caso da Índia.

Os paralelos entre as situações indiana e a brasileira eram muito evidentes: países continentais, com uma estrutura federativa que dava liberdade para os entes subnacionais estabelecerem suas próprias alíquotas e exigências tributárias, **impostos** incidindo em cascata e uma multiplicidade de incentivos e isenções. Os resultados eram iguais lá e cá: pouca transparência, elevados custos de compliance para as empresas, guerra fiscal e perda de competitividade externa.

No entanto - e esse era o mote do artigo - a Índia havia conseguido implementar, em 2017, uma reforma que unificou dezenas de **tributos** federais e estaduais num único Imposto sobre Bens e Serviços, com muitas das características desejáveis de um tributo sobre o consumo: abrangente (para praticamente todos os bens e serviços), aplicável (e dedutível) a cada etapa da cadeia produtiva e cobrado no destino do consumo.

O slogan adotado pelo governo indiano ao lançar o Imposto sobre Bens e Serviços foi: "Uma Nação, um imposto, um mercado". Trata-se de um excelente exemplo para o Brasil, cuja legislação dos cinco **tributos** em discussão (IPI, Pis, Cofins, ICMS e ISS) está dispersa entre União, 25 Estados e mais de 5.500 municípios.

Assim como no Brasil, a Índia levou décadas para aprovar sua **reforma tributária**, após inúmeras tentativas frustradas. E colheu os resultados de forma bastante rápida: de acordo com o extinto relatório Doing Business, do Banco Mundial, a Índia ocupava a 172ª posição no quesito facilidade para o pagamento de **impostos** em 2017 (o Brasil era o 181º); Após a nova legislação, alcançou a 115ª colocação em 2020, última edição do ranking. O Brasil estava na 184ª posição, à frente só de Venezuela, Chad, República Centro-Africana, Bolívia e República do Congo.

A mensagem do meu artigo era clara: se até a Índia, com seus quase 1,5 bilhão de habitantes e 22 línguas oficiais, conseguiu unificar seu sistema tributário segundo as boas práticas internacionais, o Brasil

poderia repetir o feito, ainda mais diante de duas propostas bem desenhadas apresentadas ao Senado e à Câmara em 2019.

O texto, contudo, alertava para o fato de que a reforma indiana poderia ter sido muito mais ambiciosa. Sucumbindo à pressão do lobby de diversos setores, a Índia implantou um sistema com muitas isenções e cinco alíquotas diferentes (0%, 5%, 12%, 18% e 28%), além de um regime especial para micro e pequenas empresas.

A adoção do novo imposto indiano comemora 6 anos nesta semana. Diversos estudos têm indicando ganhos em termos de eficiência, crescimento e produtividade. Os frutos teriam sido ainda melhores se o governo e o Congresso tivessem permanecido firmes em seguir as melhores práticas.

Em 2022, a empresa de consultoria Deloitte publicou os resultados de uma pesquisa realizada junto a 235 executivos de empresas indianas de diferentes portes e setores para captar sua avaliação sobre os pontos positivos e negativos.

O levantamento mostrou que para 59% dos executivos a jornada de adoção do IBS foi positiva e para 31%, neutra. Só 10% se sentiram prejudicados após a transição. Os pontos mais elogiados foram uma maior competitividade para bens e serviços (para 56%), a otimização das cadeias logísticas (45%) e a redução nos custos dos insumos (para 38%).

Entre as maiores queixas dos executivos estavam a necessidade de se uniformizar as regras específicas exigidas em cada Estado (principal demanda para 63% dos respondentes), a remoção de restrições para se utilizar de modo rápido os créditos tributários acumulados (59%), o estabelecimento de fóruns para a resolução de conflitos entre empresas e os fiscos (44%) e a necessidade de se ampliar a base de incidência do imposto para incluir produtos isentos (35%).

Na semana passada, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, apresentou a primeira versão de seu substitutivo para debate.

Embora a proposta persiga os principais objetivos de

um bom imposto sobre valor agregado (base ampla, não cumulatividade, incidência "por fora", princípio do destino e desoneração de exportações e investimentos), a pressão está grande para desvirtuar esses objetivos.

O relator ampliou o número de setores sujeitos a uma alíquota menor e isentos, assim como admitiu a possibilidade do crédito presumido para produtores rurais com receita de até R\$ 2 milhões.

Admitido o tratamento especial para alguns, agora vários outros segmentos se movimentam para conseguir seu benefício também.

Como ilustra bem o caso da Índia, quanto maior o número de exceções e regras especiais, menor o impacto da reforma sobre a economia do país. No caso da **reforma tributária**, o bom (para alguns) é inimigo do ótimo (para todos).

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras  
E-mail [bruno.carazza@gmail.com](mailto:bruno.carazza@gmail.com)

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585?page=1&section=1)**

# Fundos da reforma tributária têm de ter prazo determinado (Editorial)

O relatório da **reforma tributária** que vai à apreciação da Câmara dos Deputados é a segunda melhor opção, depois do projeto original, a PEC 45. Ele já é fruto de barganha política incontornável e a missão do governo e de sua base é evitar que seus contornos sejam diluídos nas negociações subseqüentes em plenário. O relator Aguinaldo Ribeiro arbitrou uma alíquota intermediária de 50% para alguns serviços, como educação, saúde, transporte público urbano e interurbano, insumos e produtos agropecuários e a cesta básica, para a qual foi deixada em aberto, em projeto de lei complementar, a possibilidade de cashback, a devolução dos **impostos** pagos às famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único. As razões pelas quais uma **reforma tributária** abrangente não foi feita até hoje **aparecem** agora, com a disputa sobre a carga de **impostos** entre setores produtivos e, a mais acirrada, entre a União e os Estados da federação.

Os melhores estudos sobre a reforma indicam que a solução ótima seria um imposto abrangente sobre o consumo, o IVA, com alíquota única. Ela não conta com apoio político, e está praticamente decidido que, se houver mudanças, elas passarão pelo IVA dual - um da União, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro, de Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Há uma terceira categoria, o imposto seletivo, que englobaria produtos dos quais se quer desestimular o consumo, por motivos sanitários ou ambientais. No Brasil, dada a existência da imexível Zona Franca de Manaus, para equalizar a isenção de **impostos** da ZDFM, as indústrias de setores concorrentes no resto do país terão de pagar esse imposto.

A primeira grande disputa da reforma é a da distribuição da carga entre indústria e serviços. Segundo um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o aumento da carga tributária pode ser de mais de 170% em atividades do setor de serviços e chegar a 40% no caso do comércio. O relator tem defendido que a reforma não prejudicará o setor de serviços. A divulgação do relatório de Ribeiro jogou o setor varejista de alimentos contra qualquer imposto sobre a cesta básica, sob o argumento de que os preços subirão.

As divergências entre os setores produtivos sobre a

distribuição da carga de **tributos**, no entanto, podem não ser o maior empecilho a uma reforma modernizadora. O obstáculo maior são, e sempre foram, os Estados, que reclamam perdas, mesmo depois de isentarem de **impostos** centenas de grandes empresas, e que **levantam**, no limite, o princípio da autonomia federativa, que supostamente lhes daria poder ilimitado de definir **impostos** como bem entenderem - como se fossem países, ou ilhas, e não membros da federação.

Estruturas onde o federalismo é levado a sério, como os EUA, têm IVA consolidado. A resistência de Estados e municípios decorre em parte da desigualdade regional, para a qual é preciso encontrar uma solução sábia, e em parte de voluntárias exceções tributárias que permitiram a guerra fiscal. Para que a reforma se torne viável, os Estados receberão compensação por incentivos ilegais, concedidos sem a unanimidade exigida dos demais entes federativos, que foram convalidados pelo Congresso até 2032. Como as empresas beneficiárias têm direito a essas isenções, sua extinção pura e simples levaria a custosas e longas batalhas judiciais. Aparentemente, há consenso de que essa conta irá para a União como preço a pagar para que o sistema tributário seja modernizado.

O valor total da conta entra como mais um empecilho à reforma. O fundo de compensação contaria em princípio com R\$ 160 bilhões, embora os Estados mencionem isenções da ordem de R\$ 220 bilhões e não exista um montante inequívoco e auditado - alguns Estados criaram um mistério contábil sobre o destino desses recursos. Mas haverá ainda outro fundo, para reduzir as disparidades regionais e compensar perdas com a mudança da tributação para o destino, onde o bem é consumido. Esse fundo será constituído pela União, que sugere dotação de R\$ 40 bilhões, enquanto os Estados querem o dobro.

A discussão pode ser infinita, como mostra a lei Kandir, de 1996. Ao isentar de ICMS as exportações, a compensação para os Estados, que deveria ser temporária, acabou sendo perenizada. O STF, em 2020, decidiu que a União tem de ressarcir os Estados em mais R\$ 65,6 bilhões até 2037, mais de 40 anos depois.

Os dois novos fundos têm de ter prazo determinado, e

serem blindados juridicamente da melhor forma possível. O período de transição para a implantação dos novos **impostos**, de 8 anos, com 2 de carência, parece inevitável.

Mas a transição de 50 anos para a migração da tributação da origem para o destino é algo exótico em um país em que até a Constituição é emendada várias vezes ao ano. Esse prazo é séria ameaça à reforma por torná-la alvo de manobras jurídicas por meio século.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187585>

# Imposto sobre múltis precisa melhorar (Artigo)

*Joseph Stiglitz e Tommaso Faccio*

Joseph E. Stiglitz, laureado com o prêmio Nobel de Economia, é professor da Universidade de Columbia e copresidente da Comissão Independente pela Reforma da Taxação Corporativa Internacional.

Tommaso Faccio é diretor da Secretaria da Comissão Independente pela Reforma da Taxação Corporativa Internacional.

Faz agora mais de dois anos que os dirigentes do G-7 anunciaram um acordo revolucionário para acertar a taxa de lucros das corporações multinacionais.

Esse salto de qualidade se seguiu a anos de negociações tensas sob a égide do Quadro Inclusivo da OCDE/G-20, que passou a adotar o mesmo acordo posteriormente naquele ano.

Ao fixar uma alíquota mínima de imposto global de 15% que as empresas teriam de pagar onde quer que operassem, o acordo visava ao mesmo tempo deter a transferência de lucros por meio de paraísos fiscais e limitar guerras para atrair investimentos estrangeiros que arruinam os países vizinhos.

Lançava também um imposto adicional sobre "cerca de 100 das maiores e mais lucrativas multinacionais a ser recolhido por países do mundo inteiro, o que garantiria que essas empresas pagassem uma parcela justa de **impostos** em todos os lugares em que operassem e gerassem lucros". O objetivo era obrigar gigantes da tecnologia, como a Amazon e o Google, a pagar mais **impostos** aos países, com base no lugar em que seus produtos ou serviços são comercializados, independentemente de manterem ou não presença física local.

Mas o consenso por trás do acordo parece estar em corrosão. Enquanto a União Europeia (UE) e outros membros da OCDE começaram a implementar o imposto mínimo global pactuado, o Congresso dos EUA o rejeitou no ano passado por **temer** que possa colocar as empresas americanas em desvantagem competitiva. De acordo com a Lei de Redução de **Inflação**, os EUA optaram, em vez disso, por um imposto mínimo alternativo de 15% sobre empresas que contabilizarem mais de US\$ 1 bilhão em lucros por três anos consecutivos - critério que se aplica

apenas a um pequeno grupo de multinacionais americanas.

Além disso, a outra parte do acordo - o mecanismo que redistribui uma pequena parcela dos lucros da maior multinacional para os países signatários - prevê um tratado multilateral vinculante.

Mas esse será um entrave insuperável nos EUA, onde a ratificação de qualquer tratado exige uma maioria de dois terços no Senado. Os republicanos afirmaram que votarão contra qualquer novo imposto a multinacionais americanas.

Mesmo sem um acordo multilateral formal, um maior número de países poderá adotar, unilateralmente, outras medidas que não estão previstas no marco de 2021, como o imposto sobre serviços digitais.

A Colômbia e a Tanzânia introduziram recentemente medidas desse gênero. Os países do Sul Global estão desesperados por novas fontes de arrecadação, e muitos concluíram que suas preocupações não foram adequadamente abordadas no acordo negociado dois anos atrás, quando a maior parte do foco pareceu se concentrar nos interesses das economias avançadas e nos de suas multinacionais.

Agora, a falta de avanço na direção da adoção plena corroe a confiança deles no processo.

A frustração é tão grande que países africanos reavivaram resolução da ONU de lançar uma nova rodada de negociações intergovernamentais sobre taxa de lucros internacional.

Ao mesmo tempo, Colômbia, Brasil e Chile organizaram discussões em torno de uma abordagem regional conjunta.

São iniciativas compreensíveis.

De acordo com as regras atuais, as multinacionais conseguem facilmente fugir ao pagamento de sua parcela devida de **impostos** ao escriturar seus lucros em países que praticam baixos **impostos**. Em decorrência disso, os governos estão sendo privados de arrecadações no montante de US\$ 240 bilhões ao ano; as empresas locais têm de competir em desigualdade de condições com multinacionais que

pagam menos **impostos** do que elas; e os trabalhadores, cuja renda é menos móvel e mais fácil de auditar, têm de pagar **impostos** mais elevados, na medida em que os países tentam neutralizar os efeitos da perda de arrecadação.

O acordo de 2021 visava pôr fim a tudo isso. Mas, na conclusão das negociações, o acordo já tinha sido tão diluído que geraria pouca arrecadação adicional para os países em desenvolvimento.

O imposto mínimo, por exemplo, tinha previsão de ter sua aplicação fiscalizada por um conjunto de regras interconectáveis, a fim de definir que países tinham o direito de cobrar **impostos** sobre os lucros subtaxados de uma multinacional. Mas, na prática, essas regras garantiam que a maior parte das receitas de **impostos** seria recolhida ou pelos países de origem ou por paraísos fiscais como Irlanda, Suíça e Cingapura, que se limitaram a elevar suas alíquotas de **impostos** para 15%.

Migrar a partir de um mundo desprovido de imposto mínimo para outro em que vigora um piso de 15% poderia parecer representar um passo à frente. Mas sempre houve bons motivos para **temer** que um mínimo tão baixo se tornaria o novo padrão - que uma reforma que pretendia elevar o parâmetro acabaria, na verdade, baixando-o. E, pelo fato de os países em desenvolvimento dependerem relativamente mais da arrecadação do imposto de renda de pessoa jurídica, era previsível que eles seriam os maiores perdedores.

A regra que norteia a redistribuição de direitos de taxaçaõ, por exemplo, se aplicaria apenas a um pequeno número de multinacionais, e para menos de 25% de seus lucros, enquanto o grosso dos lucros permaneceria sujeito ao atual sistema de preço de transferência.

Mas o fundamento lógico que sustenta essa divisão continua sendo pouco claro, já que os lucros da pessoa jurídica divulgados em quase todos os países já incluem deduções por custo do capital e dos juros. Esses são lucros puros, que derivam das operações conjuntas das atividades globais de uma multinacional.

Portanto, o acordo de 2021 não apenas deixa de interpretar corretamente a economia da taxaçaõ sobre os lucros da pessoa jurídica como também reforça as desigualdades globais, ao gerar pouca renda para os países em desenvolvimento, em uma época em que eles passam por uma tempestade perfeita de crise energéticas, de alimentos e de endividamento.

O fato de países estarem se recusando a aceitar as regras atesta a fragilidade do atual consenso e a necessidade de mais reformas.

Os países ricos têm um histórico de barrar os esforços dos países em desenvolvimento de desempenhar um papel ativo na formulação das regras internacionais. Não é suficiente dar assento à mesa de negociações a representantes do Sul Global. O que importa é que outros negociadores ouçam e respondam de forma significativa às suas preocupações. Os líderes mundiais deveriam prestar atenção nas necessidades dos países em desenvolvimento e aceitar a realização de uma rodada de negociações nova, mais inclusiva, que produza uma **reforma tributária** global mais equitativa e sustentável.

(Tradução de Rachel Warszawski)

O acordo de 2021 não apenas deixa de interpretar corretamente a economia da taxaçaõ sobre os lucros da pessoa jurídica como também reforça as desigualdades globais, ao gerar pouca renda para os países em desenvolvimento

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187585>

# Lira diz que se chegará a um consenso sobre a reforma tributária até o fim desta semana

**Vicente Nunes - Correspondente**

Lisboa - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse, durante abertura do XI Fórum Jurídico de Lisboa, que tanto o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), quanto o chefe do grupo de trabalho da reforma, deputado Reginaldo Lopes, vão se reunir com representantes de todos os setores privados, prefeitos e governadores para tentar fechar, até o fim desta semana, um texto mínimo de consenso sobre o tema. A meta é votar a reforma entre os dias 3 e 7 de julho.

Na avaliação de Lira, a aprovação da **reforma tributária** será fundamental para o Brasil corrigir um sistema tributário injusto, tornando-o mais simples e mais transparente. Ele destacou ainda que a **reforma tributária** resultará em um ambiente de negócios mais favorável, com maior segurança jurídica, fundamental para o crescimento mais forte da economia. As estimativas apontam que, com a simplificação tributária, o Produto Interno Bruto (**PIB**) terá incremento de pelo 20% ao longo de 15 anos.

Lira também prometeu votar, na primeira semana de julho, o projeto do novo arcabouço fiscal, que recebeu uma série de emendas no Senado e terá de retornar à Câmara para ratificação dos deputados. Uma das principais mudanças feitas pelos senadores no projeto que saiu da Câmara e havia sido relatado pelo deputado Cláudio Cajado foi a manutenção das regras do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O presidente da Câmara assegurou a uma plateia de mais de 200 juristas que, desde o início da atual legislatura, os deputados têm priorizado as questões fiscais e tributárias para que o Brasil construa uma base mais sólida para o crescimento econômico. "Estamos com uma agenda positiva na Câmara, voltada para o crescimento econômico, com responsabilidade fiscal e sensibilidade social", assinalou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/06/5104535-lira-diz-que-se-chegara-a-um-consenso-sobre-a-reforma-tributaria-ate-o-fim-desta-semana.html>

# MPs põem à prova a base governista

**Ândrea Malcher**

Após adiamentos, o Congresso Nacional deve instalar, amanhã, comissões mistas para analisar as medidas provisórias que ampliam a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 2.112 por mês e que criam o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, que prevê a liberação de cerca de R\$ 4 bilhões até 2026 para conclusão de 3,5 mil obras inacabadas que receberam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Nas últimas semanas, o governo sofreu sustos na tramitação de MPs. Entre os exemplos de medidas que ficaram perto de caducar ou correram o risco de rejeição em Plenário estão a do vale-gás - acoplada à MP do Bolsa Família para não caducar - e a MP da reestruturação da Esplanada dos Ministérios.

Três comissões mistas foram instaladas na última semana: a que analisa a MP que reajusta em 9% o salários dos servidores civis do Executivo, a que aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320 e a que prorrogou em um ano o prazo para que o governo regulamente programas de alimentação do trabalhador (1.173/2023).

A análise dessas cinco MPs foi impactada pela agenda lotada do Congresso, especialmente pela demora na indicação de deputados para compor as comissões. O Congresso ainda mantém em funcionamento várias comissões parlamentares de inquérito, que dividem as atenções no Legislativo. Além disso, nesta época do ano, parlamentares, sobretudo de estados do Norte e do Nordeste, se dedicam às festas de São João.

A comissão que irá debater o reajuste do salário mínimo elegeu o senador Eduardo Gomes (PL-TO) para a presidência. Ele designou o deputado Merlong Solano (PT-PI) para a relatoria. No caso do reajuste salarial de servidores federais civis, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) foi eleito presidente, e a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), relatora. Além dos 9% de aumento, o texto do Executivo estabelece um reajuste de 43% no auxílio-alimentação - de R\$ 458 para R\$ 658 mensais. Para a regulamentação dos programas de alimentação do trabalhador, o deputado Alfreidinho (PT-SP) foi eleito presidente, e o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) conduzirá a relatoria.

Ainda há a MP do Desenrola Brasil - que a Câmara deixará caducar -, proposta pelo Ministério da

Fazenda, com o objetivo de reduzir a quantidade de endividados no país. Por trás da perda da validade está o acordo para que a medida tramite por meio de projeto de lei. A estratégia seria usar um projeto do deputado Elmar Nascimento (União-BA), protocolado em outubro do ano passado, que cria o Programa Nacional de Renegociação de Dívidas das Famílias (ReFamília) como base. A proposta é destinada a famílias com renda de até R\$ 5 mil, com uma previsão de crédito de até R\$ 20 mil por família.

## Arcabouço

O novo arcabouço fiscal retorna à Câmara dos Deputados após ser aprovado, com alterações, pelo Senado. Ávido para concluir definitivamente a votação, o time do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, terá de esperar. Arthur Lira fica em Portugal ao longo da semana, com agenda cheia de eventos e reuniões. Somado ao fato de que muitos parlamentares não viriam mesmo a Brasília por causa das festas juninas em suas bases eleitorais, Lira decidiu suspender as sessões da Câmara nesta semana.

O Plenário vazio também justifica o relatório de caráter preliminar da **reforma tributária** ter sido apresentado, na noite de quinta-feira pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). A intenção de Lira era votar o texto nos primeiros dias de julho, mas, com o freio nas articulações, a tendência é que a decisão fique para a metade do mês.

## CPIs

Das cinco comissões parlamentares de inquérito (CPIs) instaladas - quatro na Câmara e uma no Senado -, duas têm a semana desenhada. A que apura as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deve ouvir o líder do movimento, João Pedro Stédile, e o líder da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), José Rainha Júnior.

Nós queremos muito que Stédile venha. O MST é responsável pelo assentamento de 400 mil famílias. Stédile vai tirar o argumento de muita gente aqui. Vocês já foram em um assentamento produtivo? Isso é muito grave, estão convocando porque se pressupõe que é um bandido, declarou a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A CPI também aprovou a convocação do diretor-geral

da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Antônio Fernando Oliveira, para dar explicações sobre o uso de um helicóptero da corporação em uma ação do MST no Paraná, em 7 de junho, quando quatro toneladas de sementes de palmeira juçara foram lançadas em uma região de 67 hectares onde há um núcleo do movimento.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/06/5104526-mps-poem-a-prova-a-base-governista.html>**

# Reforma tributária: veja os principais pontos da proposta do relator

Por Ana Paula Castro, TV Globo - Brasília

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), divulgou na semana passada seu parecer sobre as mudanças no sistema tributário brasileiro que tramitam na Câmara dos Deputados. A expectativa é que o tema seja analisado em julho.

O texto ainda poderá sofrer alterações, mas, entre os pontos principais, estão a substituição de **impostos** federais e estaduais por uma cobrança única, alíquota menor para saúde, educação e cesta básica, cashback para as classes menos favorecidas e IPVA para jatinhos, iates e lanchas.

O principal objetivo da **reforma tributária** é simplificar a cobrança dos **impostos** no país, medida considerada fundamental para destravar a economia e impulsionar o crescimento e a geração de empregos. Por outro lado, setores como os serviços e comércio temem uma carga tributária mais alta em suas atividades.

Veja a seguir os principais pontos do que está sendo discutido no Congresso:

## Criação do IVA

?? O que é: IVA é a sigla para o modelo de imposto sobre o valor agregado (ou adicionado). Na proposta de **reforma tributária**, cinco **impostos** que existem hoje seriam substituídos por dois IVAs - por isso, esse modelo é chamado de IVA dual. Ficaria assim:

No lugar de três **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI), entra a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; No lugar do ICMS (estadual) e do ISS (municipal), entra o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios.

Veja abaixo como seria o pagamento do IVA\* em um processo de fabricação e comercialização de uma camisa ??:

\*No exemplo, foi considerada uma alíquota fictícia de 10%. O texto apresentado pelo relator Aguinaldo Ribeiro não indicou quais serão as alíquotas adotadas para o IVA.

Qual será a alíquota do IVA?

?? Ainda não há definição. O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já estimou que a alíquota do futuro IVA, necessária para manter a carga tributária, seria de 25%.

O texto preliminar da **reforma tributária** prevê a criação de uma alíquota padrão, uma alíquota reduzida e isenção para alguns produtos e serviços. Não há indicação, porém, do valor dessas alíquotas.

Se for confirmada uma alíquota de 25% para o futuro IVA, será uma das maiores do mundo.

Imposto seletivo

?? A proposta também prevê a criação de um imposto seletivo sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (como cigarros e bebidas alcoólicas). O imposto vai incidir sobre a produção, comercialização ou importação desses produtos.

Cashback

?? O "cashback" é a devolução de **impostos** para um público determinado, como a população de baixa renda. Apesar do substitutivo propor esse mecanismo, o tema só será regulamentado depois, por meio de lei complementar.

Alíquotas reduzidas

?? A proposta do relator Aguinaldo Ribeiro propõe ainda uma tributação menor para alguns bens e serviços:

serviços de transporte público coletivo urbano, semi urbano ou metropolitano; medicamentos; dispositivos médicos e serviços de saúde; serviços de educação; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal (segundo Ribeiro, aqui estão incluídos os produtos da cesta básica); atividades artísticas e culturais nacionais.

A ideia é que esses produtos e serviços paguem

metade do valor da alíquota geral - que ainda será definida.

Embora traga uma alíquota menor para saúde e educação, a proposta não contempla todos os setores de serviços.

Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgado nesta semana diz que, caso a alíquota IVA seja de 25%, haverá aumento da carga tributária no setor de serviços, o que ameaçaria 3,8 milhões de empregos.

#### Isenções

?? O texto também propõe que:

alguns medicamentos específicos, como os utilizados para o tratamento contra o câncer, ficarão isentos da cobrança do futuro IVA; redução de 100% da alíquota do IVA federal (chamado de CBS) incidente sobre serviços de educação de ensino superior (Prouni); possibilidade de produtores rurais que atuam como pessoas físicas e tenham receita anual de até R\$ 2 milhões ficarem livres de recolher o futuro IVA dual (CBS e IBS). De acordo com Aguinaldo Ribeiro, essa medida contemplaria mais de 98% dos produtores rurais do país.

#### Tratamentos diferenciados

?? Alguns tipos de produtos e serviços poderão receber tratamento específico por terem peculiaridades e não se adequarem ao regime geral de incidência do IVA.

O texto prevê os seguintes casos:

Combustíveis e lubrificantes: alíquotas uniformes cobradas em uma única fase da cadeia e possibilidade de concessão de créditos para os contribuintes; Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos (como as loterias): alterações nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo, além da possibilidade de tributação com base na receita ou no faturamento; Compras governamentais: não incidência do IVA dual (IBS e CBS), desde que haja manutenção dos créditos relativos às operações anteriores da cadeia.

#### Zona Franca de Manaus e Simples Nacional

?? O texto prevê a manutenção da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional.

A Zona Franca concede benefícios fiscais para as

indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia. O regime foi criado em 1967 e tem validade assegurada até 2073.

O Simples é um regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas

Como será a transição para o novo modelo?

?? Pela proposta, serão dois tipos de transição:

Transição federativa: entre 2029 e 2078

Esse será o período necessário para aderir ao princípio do destino. Ou seja, ao final do período dessa transição, toda a cobrança será feita no município e no estado onde ocorre o consumo do bem ou do serviço (e não onde o produto é produzido, como acontece hoje).

Transição para o modelo de IVA dual: entre 2026 e 2032

Nesse intervalo, os cinco **tributos** existentes hoje (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) serão gradativamente substituídos pelo novo modelo de IVA.

A substituição começa pelos **impostos** federais. Em 2027, haverá extinção de PIS e Cofins e redução a zero das alíquotas do IPI (exceto na Zona Franca de Manaus, cuja manutenção é proposta no texto de Aguinaldo Ribeiro).

Em 2029, tem início o prazo de transição do ICMS. A transição termina em 2032 e, no ano seguinte, o antigo sistema de tributação (PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS) estará extinto.

#### Fundos de compensação

?? A proposta prevê dois fundos que serão custeados com recursos do governo federal:

##### Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais

Fundo para compensar benefícios fiscais já concedidos hoje e que estão garantidos até 2032.

Duração: de 2025 a 2032. Valor total do fundo: R\$ 160 bilhões. No primeiro ano, em 2025, o aporte será de R\$ 8 bilhões, aumentando gradativamente até atingir R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029. Depois, reduz progressivamente até chegar a R\$ 8 bilhões em 2032, último ano de pagamento.

##### Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)

Fundo com objetivo de reduzir as desigualdades regionais. Com os recursos, os estados poderão realizar obras de infraestrutura; estimular atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda; e promover o desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Duração: começa em 2029, sem prazo estipulado para o fim. Valor total do fundo: No primeiro ano, serão R\$ 8 bilhões, aumentando progressivamente até 2032. A partir de 2033, o governo federal vai destinar ao FDR R\$ 40 bilhões por ano.

O valor do Fundo de Desenvolvimento Regional é um dos pontos sem acordo até o momento. Governadores pediram R\$ 75 bilhões por ano para esse fundo, valor acima dos R\$ 40 bilhões propostos.

Outra questão em aberto é como os recursos do FDR serão distribuídos entre os estados.

#### Conselho federativo

??A proposta cria o Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços com gestão compartilhada por estados, Distrito Federal e municípios. O objetivo do conselho é gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

#### Tributação da renda e do patrimônio

?? O relator Aguinaldo Ribeiro também incluiu no relatório mudanças na cobrança de **impostos** sobre renda e patrimônio:

IPVA para jatinhos, iates e lanchas: pelo sistema atual, esses veículos não pagam o tributo. O texto também prevê a possibilidade de o imposto ser progressivo em razão do impacto ambiental do veículo; Tributação progressiva sobre heranças: a cobrança do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) seria progressiva em razão do valor da herança ou da doação. A proposta também cria regra que permite cobrança sobre heranças no exterior.

O texto prevê ainda que, em até 180 dias após a promulgação da proposta, o governo deve enviar ao Congresso Nacional a reforma da tributação da renda.

#### Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/26/reforma-tributaria-veja-os-principais-pontos-da-proposta-do-relator.ghtml>

# Relator da reforma tributária lista pelo menos três entraves ao texto

**Brasília**

*/  
Camila Costa, do R7, em Brasília*

O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** apresentado na quinta-feira (22) é uma versão preliminar do que deve ser votado em plenário na primeira semana de julho. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), listou pontos que ainda precisam ser consensuados, mas garantiu que a construção será feita dentro do prazo estabelecido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para votar a proposta, entre 3 e 7 de julho.

Um dos entraves gira em torno do Fundo de Desenvolvimento Regional. O texto apresentado pelo relator prevê um aporte feito exclusivamente pela União para o fundo financiar projetos de desenvolvimento que são importantes para o crescimento social e econômico dos estados e municípios. Pressupõe também aplicação em realização de estudos, fomentos, e atividades produtivas com geração de emprego e renda.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Esses aportes financiados pela União iniciam em R\$ 8 bilhões, a partir de 2029, chegando a R\$ 40 bilhões a partir de 2033. Governadores divergem sobre a dinâmica de distribuição desse fundo.

Vários governadores se posicionaram dizendo que não concordavam com os critérios de distribuição. Então, será necessário esgotar o debate com governadores e secretários desses estados, para que chegue a um critério que atenda e não impeça a reforma de andar.

deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária**

A transição federativa do novo sistema de **impostos** também é um ponto de atenção, segundo o relator. O substitutivo estabelece que a transição para o princípio do destino [alíquota e arrecadação vinculadas ao local do consumo] se dará em 50 anos, entre 2029 e 2078,

mas há uma proposta de 26 anos por parte de alguns estados, estipulando ainda um seguro de perdas, cujo valor ainda não foi definido.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi atendida no substitutivo, dentro do regime favorecido. No entanto, governadores debatem com o Executivo um modelo de zona franca que "esteja construindo um foco novo".

Pelo substitutivo, a ZFM fica mantida até 2073 no seguinte formato: bens produzidos no Polo Industrial de Manaus, mas fabricados em outras regiões do país, serão tributados com um Imposto Seletivo, em substituição ao Imposto sobre Produtos Industriais (IPI).

O imposto seletivo aparece de forma ampla, incidindo sobre a produção, comercialização ou

importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente desonerando as exportações. "Não trouxe essa discussão para o texto. Estou mantendo um modelo com apenas um seletivo [Imposto Seletivo], já que vamos acabar com o IPI", explicou o relator.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/relator-da-reforma-tributaria-lista-pelo-menos-tres-entraves-ao-texto-26062023>

# Contra crise global, BC dos BCs pede menos gasto ou mais tributo

Governos de todo o mundo devem aumentar **impostos** ou cortar gastos para ajudar os bancos centrais a controlar a **inflação** e reduzir o risco de uma crise financeira, afirmou o Banco de Compensações Internacionais (BIS na sigla em inglês).

O banco central dos bancos centrais, que muitas vezes funciona como um porta-voz informal das instituições, disse que os governos estão "testando os limites do que pode ser chamado de região de estabilidade" ao deixar a política fiscal frouxa enquanto a **inflação** permanece alta e as taxas de juros sobem rapidamente.

"A consolidação [fiscal] forneceria apoio crítico na luta contra a **inflação**", disse o BIS em seu relatório anual, publicado neste domingo (25).

"Também reduziria a necessidade de a política monetária manter as taxas de juros mais altas por mais tempo, assim reduzindo o risco de instabilidade financeira."

Tradicionalmente, houve uma separação entre a política fiscal, definida pelos governos, e a política monetária, definida pelos bancos centrais e voltada para o controle da **inflação**, levando em consideração os níveis de gastos públicos e de tributação.

Os banqueiros centrais insistem em que estão confiantes em sua capacidade de separar as decisões de política monetária das preocupações com a estabilidade financeira, mas a preocupação do BIS contrasta com essas garantias.

A probabilidade de uma crise financeira é significativa, porque as taxas de juros estão altas e continuam subindo, disse o BIS. No entanto, acrescentou, esses riscos podem ser reduzidos se os governos apertarem a política fiscal, tirando alguma pressão das taxas de juros como principal ferramenta de política e fortalecendo as finanças públicas dos países.

As altas taxas de juros já causaram séria turbulência financeira no ano passado, disse o BIS, citando a crise dos títulos do governo do Reino Unido e dos fundos de pensão em outubro passado e a falência dos bancos regionais dos Estados Unidos e do Credit Suisse nesta primavera.

Agustín Carstens, chefe do BIS, disse que a **inflação** está caindo na maioria dos países, mas "a última milha é normalmente a mais difícil"

"O fardo está pesando sobre muitos ombros, mas os riscos de não agir prontamente serão maiores a longo prazo. Os bancos centrais estão empenhados em manter o rumo para restaurar a estabilidade de preços e proteger o poder de compra das pessoas", afirmou.

O BIS disse que, a longo prazo, governos e bancos centrais não devem tentar resolver todos os problemas da sociedade com estímulos econômicos. Isso endossou o conselho recente da OCDE.

Os banqueiros centrais mantiveram as taxas muito baixas por muito tempo quando a **inflação** estava abaixo da meta, porque isso incentivava o setor privado a acumular dívidas, aumentando as eventuais vulnerabilidades do setor financeiro, disse o BIS.

"Assim que a estabilidade de preços for restabelecida, a política monetária poderá ser mais tolerante com falhas moderadas, mesmo que persistentes, da **inflação** em relação às metas pontuais", afirmou o relatório.

O documento acrescentou que, em vez de tentar impulsionar o crescimento e compensar as crises com aumentos nos gastos públicos, os governos deveriam reconhecer que finanças públicas mais fracas limitam sua capacidade de reação numa crise.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50319&maxTouch=0&anchor=6479329&pd=434d9f30e259d7429a960cb2079e326a>

# Poupança tem fuga com Selic elevada

**ROSANA HESSEL**

A caderneta de poupança sempre foi um porto seguro para quem não está acostumado a operar no mercado financeiro e não tem sangue frio para correr os riscos da montanha-russa da Bolsa de Valores, ou até mesmo a coragem dos empreendedores que se aventuram em montar uma empresa e enfrentar o manicômio tributário brasileiro. Só que, neste ano, a aplicação vem registrando saídas líquidas recordes. Enquanto a taxa básica da economia (Selic) continua em 13,75% anuais, desde agosto de 2022, a poupança rendeu bem menos: 8,55% e, no acumulado em 12 meses até o último dia 22, segundo levantamento do TradeMap.

Conforme dados do Banco Central, em maio, a diferença líquida entre depósitos e retiradas da poupança ficou negativa em R\$ 11,7 bilhões, dado 87,8% superior aos R\$ 6,3 bilhões resgatados em abril e o maior volume de saques desde 1995. No acumulado do ano, o volume resgatado da caderneta chegou a R\$ 69,2 bilhões. E como, na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, manteve a taxa Selic no patamar atual por mais 45 dias e não deu uma sinalização para o início do ciclo de queda dos juros, analistas acreditam que as saídas da caderneta continuarão ocorrendo ao longo do ano.

Esses saques da mais antiga das aplicações não ocorrem apenas para os brasileiros quitarem as dívidas, devido ao endividamento elevado das famílias, informam os analistas. Eles percebem aumento do número de investidores e maior diversificação de investimentos de longo prazo, pois, apesar de apresentar ganhos reais (acima da **inflação**), a poupança está deixando de ser competitiva se comparada com outras aplicações conservadoras, como Certificado de Depósito Bancário (CDB), Tesouro Direto e fundos de renda fixa que rendem acima da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que acompanha a Selic. Essa migração é vista com bons olhos pelos especialistas, porque mostra que há mais pessoas atentas e com informações sobre investimentos do que no passado.

"A caderneta de poupança deve continuar com saques líquidos por dois motivos: a) a rentabilidade é baixa, e, neste ano, deve fechar perto de 8%; b) o nível de inadimplência é recorde, portanto, as pessoas precisam de dinheiro, e o pouco que tenham na poupança ajuda", sentencia o economista Fabio Gallo,

professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). "A renda fixa é uma boa alternativa para todas as carteiras. Mas investir em crédito de empresas não é uma boa opção, vide Americanas. Debêntures e outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FDIC) não estão valendo a pena no momento. CDBs rendendo acima de 100% do CDI e Tesouro Direto são boas alternativas sem risco de crédito", afirma. "Para quem aceitar um pouco mais de risco, os títulos pré-fixados podem ser interessantes, aproveitando a janela antes do ciclo de queda de juros." Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac), também acredita que a sangria da poupança ainda continuará nos próximos meses. "A Selic vai permanecer elevada, mesmo se o Banco Central começar a reduzir os juros em agosto, porque o processo será de forma gradual", afirma. Ele lamenta que, como a população está mais endividada, "girando em torno de 80%", e alerta para o fato de que a saída de recursos da poupança "afeta a capacidade de captação para o financiamento imobiliário".

Camilla Dolle, chefe de pesquisas em renda fixa da XP Investimentos, reforça que, de maneira geral, o investidor brasileiro está aumentando a diversificação das aplicações. "Ainda que sejam baixos, temos visto, ao longo dos anos, crescimento de investidores tanto em renda fixa quanto em renda variável. Logicamente, esse tipo de movimento ocorre em várias plataformas de renda fixa, pois há diferentes tipos de produtos, com prazos e ritos que precisam ser observados", explica. Ela reforça que, apesar da expectativa de queda da Selic neste ano, o corte dos juros será gradual. Pelas estimativas da XP, a Selic vai encerrar este ano em 12% ao ano, mas continuará elevada em 2024, fechando dezembro a 11% anuais.

## Movimento

Números da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) comprovam essa diversificação. No primeiro trimestre de 2023, o número de investidores em renda fixa cresceu 34% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando 15,3 milhões, e os valores sob custódia avançaram 42%, para R\$ 1,794 trilhão na mesma base de comparação. Já o Tesouro Direto registrou aumento de 27% no valores aplicados e alcançou 2,1 milhões de investidores no trimestre. Analistas destacam que, se o investidor pesquisar, ele consegue aplicações em renda fixa remunerando de 120% a 200% do CDI. O IMA Geral, indicador de

rentabilidade de títulos públicos, registrou rentabilidade média de 13,23% no acumulado em 12 meses até 22 de junho, segundo os dados do TradeMap. Curiosamente, neste mês, a B3 ensaiou uma recuperação com a perspectiva de uma indicação de cortes de juros do Copom, e acumulou alta de 19,51% no mesmo período. A continuidade desse desempenho, contudo, dependerá dos desdobramentos da economia, pois analistas preveem bastante volatilidade ao longo do ano.

"A renda fixa continua sendo a aplicação mais segura e de mais baixo risco, e que, pelo menos, acompanha a taxa Selic e reserva o poder de compra ao longo do tempo. A Bolsa ainda é um risco e os investidores conservadores fogem dela. A melhora da perspectiva da economia brasileira está atraindo mais capital especulativo, e, por isso, o Índice Bovespa voltou a ficar perto de 120 mil pontos", afirma o economista Otto Nogami, professor do Insper.

Gallo, da FGV, recomenda bastante atenção aos fundos. Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro (Anbima) mostram que a indústria de fundos de investimento também vem sofrendo retiradas expressivas. Em maio, o total de saídas líquidas somaram R\$ 47,2 bilhões, dos quais R\$ 29,6 bilhões saíram dos fundos de renda fixa. O professor indica pesquisar as taxas de administração, que podem variar de 0,25% a 2%, além das taxas de performance. No caso de Fundos Imobiliários, que já foi bastante popular, "é possível encontrar alguns FIs com excelente rentabilidade". "O fundo, de forma geral, é commodity e sempre devemos optar pela menor taxa", aconselha.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, ressalta que esse movimento de migração da poupança para outras aplicações ocorre mais entre famílias com renda elevada. "A maioria da população está muito endividada e quem está conseguindo diversificar não tem a situação financeira tão complicada", diz. Mais cautelosa, ela acha que o grosso desse movimento de saída da poupança para outros investimentos mais rentáveis já aconteceu, apesar da incerteza sobre o início do corte da Selic.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/26/all.pdf>**

# Governo e BC discutem meta de inflação em reunião decisiva para política de juro

**Nathalia Garcia**

O CMN (Conselho Monetário Nacional) se reúne na quinta-feira (29) em um encontro que pode mudar os rumos da política monetária no país. Isso porque a estratégia futura do Banco Central sobre os juros passará por ajustes a depender das decisões tomadas pelo colegiado sobre as metas de **inflação**.

A indefinição em torno do tema é vista por economistas como parte da justificativa para o conservadorismo do Copom (Comitê de Política Monetária) na reunião mais recente, quando manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano. O entendimento é que, uma vez que o assunto seja superado, o comportamento das expectativas de **inflação** deve ajudar a autoridade monetária a balizar o início dos cortes de juros.

No cronograma habitual do CMN -colegiado formado pelos ministros da Fazenda (Fernando Haddad) e do Planejamento (Simone Tebet) e pelo presidente do BC (Roberto Campos Neto)-, as metas de **inflação** são discutidas nas reuniões de junho. Neste ano, por exemplo, o rito tradicional seria indicar o alvo para 2026 e, adicionalmente, rediscutir os objetivos definidos previamente para 2024 e 2025.

Atualmente, as metas são 3,25% neste ano e 3% em 2024 e 2025, com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

"A decisão do CMN sobre a meta de **inflação** será fundamental para a redução das incertezas e do desvio das expectativas em relação à meta", afirma Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Rena, em análise.

Para Bráulio Borges, pesquisador-associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e economista-sênior da área de Macroeconomia da LCA Consultores, a próxima reunião do CMN vai resolver a "briga" entre a meta definida oficialmente e a observada pelos agentes do mercado financeiro.

Segundo ele, boa parte dos economistas projeta desde fevereiro a **inflação** de prazos mais longos em torno de 4% à espera de que os alvos de 2024 e dos anos subsequentes sejam revistos.

Essa hipótese ganhou mais força depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) falar nos seus primeiros meses de gestão sobre a possibilidade de uma meta mais alta. Em abril, o petista chegou a dizer que, "se a meta de **inflação** está errada, muda-se a meta". Mas essa discussão esfriou posteriormente, cedendo lugar para a possibilidade de mudanças mais estruturais.

Haddad passou a defender um ajuste no horizonte do objetivo a ser perseguido pelo BC e disse que a atual conjuntura abre a oportunidade da discussão. A autoridade monetária é cobrada hoje pelo nível da **inflação** ao fim do ano, mas o titular da Fazenda defendeu há pouco mais de um mês uma mudança para que a meta seja contínua.

Campos Neto, no entanto, se mostra mais conservador na discussão. Em maio, durante seminário da Folha sobre a autonomia do BC, quando lhe foi perguntado o que achava da mudança para uma meta contínua, disse que pode haver consequências negativas com alterações feitas enquanto a **inflação** não está dentro do limite estabelecido (o que é a projeção para este ano, pela terceira vez consecutiva).

"O que a gente percebe é que as mudanças, quando feitas para ganhar eficiência, esse ganho é atingido de forma mais fácil quando você está em um ambiente de calma e com a **inflação** dentro da meta. Quando está fora da meta e muda alguma coisa no sistema, pode, não sei se vai ser o caso, ter uma interpretação de que pode ter sido feito para ganhar flexibilidade, e isso historicamente tem um valor esperado negativo", disse no evento.

Em março, Campos Neto afirmou também que o BC tem um estudo mostrando o modelo de metas em diferentes países, mas evitou comentar o posicionamento da autoridade monetária brasileira sobre o tema. Ele enfatizou que quem determina a discussão é o governo, que tem dois dos três votos do CMN (um da Fazenda e outro do Planejamento).

As declarações do governo Lula provocaram em um primeiro momento uma reação negativa no mercado financeiro com piora nas expectativas, que depois se estabilizaram. Recentemente, as estimativas de

**inflação** começaram a cair em meio a um cenário econômico mais favorável.

No boletim Focus divulgado na segunda (19), a projeção para o IPCA (índice de **inflação**) deste ano foi revisada de 5,42% para 5,12%. Para o ano que vem, a expectativa caiu para 4%. Para 2025 e 2026, as estimativas estão em 3,8%.

"Tendo [a reunião do] CMN e tirando essa incerteza [sobre a meta de **inflação**] do radar, isso vai ajudar bastante o BC a começar a reavaliar a estratégia de política monetária e sinalizar mais claramente a distensão da Selic", diz Borges.

Mas a perspectiva de continuidade do movimento de melhora das projeções depende, na visão dos analistas, da confirmação tanto da manutenção do centro da meta numérica para 2024 e 2025 quanto da margem de tolerância.

Segundo Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, esse cenário ajudaria o BC a se sentir "mais confortável" para cortar os juros.

A expectativa no banco é que o CMN mude a meta de ano-ca-lendário para contínua, redefinindo também a política de verificação do cumprimento ou não do objetivo. Mas a instituição pondera que o colegiado deveria deixar a definição do prazo de convergência a cargo da autoridade monetária.

Hoje, quando a **inflação** termina o ano fora do intervalo determinado, o presidente do BC precisa justificar os motivos em uma carta aberta endereçada ao ministro da Fazenda e detalhar como o problema deve ser resolvido.

Desde a criação do sistema de metas para a **inflação** no Brasil, em 1999, já foram escritas sete cartas -duas de autoria de Campos Neto.

Em relatório do dia 15, o Itaú sugere algo similar para o novo modelo. "Um jeito simples poderia ser publicar uma carta semelhante à atual divulgada em janeiro do ano seguinte sempre que em algum mês ao longo do ano (em vez de somente em dezembro) a **inflação** em 12 meses ultrapassar o intervalo de tolerância."

Para Gonçalves, ter uma meta de horizonte contínuo seria a "formalização de uma condução de política monetária que já é feita dessa maneira" pelo BC, com medidas de suavização ao longo do ciclo de política monetária, e alinharia o Brasil às melhores práticas internacionais.

No documento, a instituição menciona que só Filipinas,

Indonésia, Tailândia e Turquia adotam o regime de metas de **inflação** para o ano fechado, enquanto os demais fixam uma meta contínua. Nesse grupo, Colômbia, Reino Unido, Coreia do Sul e Índia têm uma confirmação periódica do número de meta, enquanto Canadá, zona do euro e EUA fazem revisão completa do modelo de tempos em tempos.

"Se for bem-feita a mudança do arcabouço de política monetária, ela poderá ajudar o regime de meta de **inflação** a ficar ainda mais robusto, ainda mais coerente. O que a gente entende é que seria um erro mudar a meta e a banda, mas essa discussão da meta contínua é bastante adequada", diz o economista do Itaú.

Mirella Hirakawa, economista da AZ Quest, também vê a eventual mudança na forma de aferir o alvo de **inflação** a ser perseguido pelo BC como uma forma de aperfeiçoamento da ferramenta do arcabouço da política monetária.

Entre os possíveis modelos de verificação de cumprimento da meta, cita como exemplo uma proposta que adota um gatilho associado a um prazo de 18 meses. Além da obrigação de escrever uma carta de justificativa, a autoridade monetária teria na sequência um intervalo de dois trimestres para corrigir o rumo. Um outro gatilho seria acionado em caso de novo descumprimento ao final do período.

Se o CMN mantiver a meta de 3% para os próximos anos e a alterar para horizonte contínuo, a analista espera melhora da percepção dos agentes econômicos para **inflação**, com impacto potencial de 0,3 ou 0,4 ponto percentual.

"Essas expectativas, que estão em 3,8% para 2025 e 2026, poderiam ir para 3,5%, 3,4%." Combinado a outros fatores, Hirakawa acredita que isso poderia abrir espaço para o Copom cortar os juros em agosto.

Se for bem-feita a mudança do arcabouço de política monetária, ela poderá ajudar o regime de meta de **inflação** a ficar ainda mais robusto, ainda mais coerente.

O que a gente entende é que seria um erro mudar a meta e a banda

Fernando Gonçalves

superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50319&maxTouch=0&anchor=6479329&pd=434d9f30e259>

**d7429a960cb2079e326a**

# O PIB de 2023 deve surpreender positivamente (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

Nos últimos três anos, os analistas vêm subestimando, por larga margem, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. Os dados a seguir comparam as projeções medianas da pesquisa Focus, do Banco Central, no final do ano anterior (exceto 2020, quando eclodiu a pandemia, em que tomei as previsões do final de abril do mesmo ano) com as taxas efetivamente observadas.

Vejamos. Projeção para 2020: -6,48%; realizada: -3,3. Projeção para 2021: 3,4%; realizada: 5,0%. Projeção para 2022: 0,36%; realizada: 2,9%.

Para 2023, as projeções ao final do ano passado indicavam crescimento do **PIB** de 0,8%. Assim que foi divulgado o resultado do primeiro trimestre, a projeção mediana saltou para 2,14%.

Erros de projeção são comuns, mas o que vemos nesses dados são subestimativas persistentes e de grande magnitude.

Vários fatores podem explicar isso e não cabe aqui uma análise detalhada. Limito-me a destacar o que parece ser o principal motivo: os analistas não têm dado a devida importância para o efeito sobre a demanda agregada do expressivo crescimento da renda associada aos setores agropecuário e de óleo e gás. De acordo com conceito utilizado pelo Banco Mundial (BM), essa renda, altamente correlacionada com o valor adicionado do **PIB**, é igual à diferença entre o preço de mercado e o custo médio de produção, multiplicada pela quantidade produzida.

Conforme estimativas do BM (até 2021), complementadas pelo economista Bráulio Borges (FGV e LCA Consultores), essa renda saltou de 2,9% do **PIB** (média de 2015 a 2020) para cerca de 7,5% do **PIB** no biênio 2021/2022, devendo se manter nesse patamar em 2023. Observe-se que em 2011, no auge do superciclo de commodities, foi de 5% do **PIB**.

É voz corrente que o crescimento surpreendente do **PIB** no primeiro trimestre de 2023 decorreu apenas do grande salto na produção do setor agropecuário, ou

seja, de um choque positivo de oferta. Dado que a demanda interna está fraca e o choque positivo não vai se repetir, haveria expressiva desaceleração da economia no restante do ano.

Sem dúvida, o crescimento do **PIB** no início deste ano foi excepcional e não se manterá nos demais trimestres. No entanto, não se pode esquecer que o **PIB** é igual à renda interna bruta. Ou seja, o crescimento da renda no setor de recursos naturais aumenta a poupança dos produtores e posteriormente tende a elevar a demanda interna. Quem vive ou viveu no interior sabe que posteriormente às boas safras se compram tratores, implementos agrícolas e carros do ano e lotam-se os shopping centers.

Assim, não será surpresa se a taxa de crescimento do **PIB**, em 2023, se igualar ou até mesmo superar os 2,9% de 2022.

Lula da Silva comemorará, mas dificilmente esses números se repetirão no restante do seu mandato. A economia já opera no seu potencial, e reformas estruturais, se ocorrerem, demoram para surtir efeitos.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O barulho e as exceções à regra - HENRIQUE MEIRELLES

## **HENRIQUE MEIRELLES**

Os ataques ao Banco Central voltaram após o Copom decidir manter a taxa de juros em 13,75% ao ano. Saberemos melhor as razões técnicas que levaram à decisão pela ata da reunião, que será divulgada amanhã. Com ou sem ataques, a Selic permanecerá no atual patamar até agosto.

Assim, os ataques fazem barulho e marcam posições políticas, mas não mudam a tendência da inflação para 2024, objetivo que o BC deve perseguir.

Reclamações do meio político contra o Banco Central são rotineiras e antigas no Brasil.

Há 20 anos, eu estava no início do meu mandato de oito anos à frente do BC e já enfrentava críticas. Logo na primeira reunião em que subimos a Selic, um ministro disse que o presidente ordenaria a queda dos juros na reunião seguinte. Subiram.

Outros membros do governo reclamaram muito da taxa de juros. Todos tinham esse direito democrático. Mas a taxa Selic sempre foi decidida por critérios técnicos, com base apenas nos melhores dados disponíveis. Só caiu quando havia condições para isso.

O Brasil cresceu 4% ao ano em média durante os oito anos em que estivemos no BC.

Não são ataques que vão fazer o BC reduzir a Selic, e, sim, uma política fiscal séria. O encaminhamento do arcabouço fiscal para a última votação, provavelmente no início de julho, é importante, mas pode não ser suficiente. Nesse ponto, aliás, temos um sinal de atenção pelas três modificações inseridas no texto pelo Senado.

O relator criou exceções, deixou de fora do limite de gastos o Fundeb, o Fundo Constitucional do Distrito Federal e as despesas com ciência, tecnologia e inovação. A justificativa pública de que gastos com ciência e tecnologia são baixos - cerca de R\$ 7 bilhões em valores para este ano - e necessários é comum e insuficiente.

Corremos o risco de entrar numa seara perigosa, na qual se um pode, todos querem. Para os interessados,

todo gasto público é imprescindível e sempre há razões nobres para defender situação semelhante.

Regras fiscais devem ser duras e ter regras simples. Abrir exceções, na realidade, significa disponibilizar para a burocracia recursos fora do limite de gastos. Esses campos podem atrair projetos ruins e que pouco acrescentarão ao País, apenas porque ali há dinheiro público com menor controle. Estamos cansados de ver áreas do governo que, de repente, passam a receber mais projetos ou emendas, sem discussão sobre planos e eficiência dos gastos.

Coisas desse tipo não contribuem em nada para a melhoria da produtividade, o crescimento do **PIB** e, em última instância, do emprego e da renda, que é o que interessa a todos.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Queda do dólar no primeiro semestre deste ano é a maior desde 2016

**LUÍZA LANZA**

A cotação do dólar passou por uma desvalorização neste primeiro semestre de 2023 que não se via há sete anos no mercado brasileiro. A moeda americana caiu dos R\$ 5,23 com que começou o ano para R\$ 4,77 na última quinta-feira, o menor patamar para o câmbio desde maio de 2022.

Entre o dia 1º de janeiro e o dia 19, o dólar Ptax para venda, índice de referência para as operações de câmbio no mercado financeiro calculado pelo Banco Central, registrava um recuo de 8,38%. Este é o maior declínio para um primeiro semestre desde 2016, quando a cotação caiu 17,80%.

O fortalecimento da moeda brasileira reflete uma melhora brusca no humor com que o mercado iniciou o ano em meio às incertezas macroeconômicas globais e o novo governo no Brasil. No final de 2022, logo após as eleições, pesquisas indicavam que gestores, estrategistas e economistas viam o dólar acima dos R\$ 5,40 em 2023. Em março, uma enquete dizia que o dólar ultrapassaria os R\$ 5,30.

Ainda que 2023 esteja apenas se aproximando da metade, boa parte dessa instabilidade foi atenuada e o País conseguiu se colocar como destino do capital estrangeiro entre os emergentes.

"Temos reservas cambiais bastante robustas e uma certa estabilidade política e econômica, que muitos países emergentes não têm", destaca Bruno Perotoni, diretor de tesouraria do Braza Bank.

O atual patamar da taxa de juros do País também ajuda a manter o real valorizado. Com a Selic estacionada em 13,75% ao ano e a queda dos indicadores de **inflação**, o Brasil tem o maior juro real do mundo - o que também atrai investidores estrangeiros que vem atrás de boa rentabilidade a um risco relativamente baixo.

"É um movimento que chamamos no mercado de carry trade, onde você pega o dinheiro do seu país e leva para outro onde vai receber um juro maior, no caso, o Brasil", explica Gabriel Moraes, assessor de investimentos do escritório Arcani Investimentos.

Com mais dólares entrando no mercado brasileiro, o

real conseguiu se fortalecer e se estabilizar abaixo dos R\$ 4,80 nos últimos pregões. Para o segundo semestre, no entanto, pairam algumas dúvidas sobre a continuidade dessas quedas.

A projeção mais recente do Boletim Focus indica um dólar a R\$ 5 até o final do ano. Moraes destaca que, embora o Focus reúna um resumo das expectativas do mercado, ainda há divergência entre os agentes.

Nem todos, diz ele, acreditam que a tendência para o segundo semestre é de valorização do dólar.

DE OLHO NOS JUROS. "Para o dólar voltar para R\$ 5, duas coisas precisam acontecer: os juros dos EUA ficarem altos por mais tempo, o que atrai o dinheiro para lá; e os juros do Brasil caírem muito rápido", explica.

"Se o BC baixar os juros em uma velocidade muito rápida, isso pode fazer o dólar se apreciar de novo. Talvez isso explique a tese do dólar aos R\$ 5." Mas esse não parece ser o cenário base até o momento. Na reunião do dia 21, o BC surpreendeu o mercado ao manter o tom ainda duro contra o combate à **inflação**, sem sinalizar o início do ciclo de cortes na **Selic** para agosto, como esperavam analistas.

"Se houver um corte de juros exagerado e sem fundamentos para isso podemos ter uma desvalorização do real.

Mas é algo que eu não acredito que o Banco Central vá fazer", diz Bruno Perotoni. Mantidas as outras condições, o especialista vê espaço para uma cotação mais baixa do que os R\$ 5 ao final do segundo semestre.

A cotação do dólar é uma das variáveis mais difíceis de se prever no mercado, por isso especialistas não conseguem cravar o futuro da trajetória da moeda. Ainda assim, para aqueles investidores interessados em dolarizar o portfólio ou turistas com viagens agendadas que precisam comprar a moeda, a desvalorização atual pode indicar uma boa janela de oportunidade.

"Estamos falando da menor cotação em mais de um ano.

Considerando o contexto atual, o risco de uma correção é maior do que a oportunidade de uma queda mais acentuada", diz Diego Costa, chefe de câmbio para o Norte e Nordeste da B T Câmbio.

A recomendação, no entanto, é sempre fazer múltiplos aportes - ou seja, ir comprando aos poucos. "Nós sempre indicamos que os clientes façam suas compras em partes", diz Haryne Campos, especialista em câmbio na WIT Exchange.

"Analisando graficamente, o dólar ainda tem margem para continuar em queda; mas também temos fatores que podem influenciar a alta."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>